

# Programa de Ajustamento Municipal

*Município de Nordeste (Açores)*



***Janeiro de 2017***

VF

# Índice

<b>0. Introdução</b>	<b>6</b>
<b>1. Enquadramento</b>	<b>9</b>
1.1. Análise da evolução da situação financeira do Município.....	9
1.2. Objetivos e estratégia do Programa .....	11
1.3. Dívida – Evolução e medidas de contenção .....	12
<b>2. Grupo Autárquico</b>	<b>15</b>
<b>3. Principais indicadores socioeconómicos</b>	<b>17</b>
<b>4. Cenário Orçamental</b>	<b>19</b>
4.1. Receita .....	19
4.2. Despesa .....	24
4.3. Principais indicadores orçamentais (saldos na ótica não financeira).....	28
4.4. Evolução do valor da dívida.....	29
4.5. Evolução do valor da dívida consolidada por trimestre.....	30
<b>5. Pressupostos das medidas adotadas e previsões apresentadas</b>	<b>32</b>

<b>6. Estratégia de consolidação orçamental</b>	<b>34</b>
6.1. Medidas de reequilíbrio orçamental.....	40
6.1.1. Medidas de maximização da receita	40
6.1.2. Medidas de contenção da despesa	45
6.1.3. Investimento	55
6.1.4. Integração das medidas de recuperação no desequilíbrio municipal	57
6.1.5. Riscos orçamentais	62
<b>7. Reestruturação da dívida financeira e não financeira</b>	<b>64</b>
7.1. Plano de reestruturação da dívida – Empréstimo FAM .....	65
7.2. Dinâmica e sustentabilidade da dívida total.....	68
<b>8. Conclusão</b>	<b>71</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Dívida do Município (2011-2015) .....	12
Tabela 2 – Dívida do SEL (2011-2015).....	13
Tabela 3 – População residente por Município em 2011 (Ilha de S. Miguel) .....	17
Tabela 4 - Evolução da receita .....	21
Tabela 5 - Evolução da despesa corrente .....	25
Tabela 6 - Mapa de evolução de despesas com pessoal .....	26
Tabela 7 - Evolução da despesa de capital .....	27
Tabela 8 – Indicadores orçamentais .....	28
Tabela 9 – Dívida consolidada (2011-2015) .....	29
Tabela 10 – Evolução da Dívida Trimestralizada.....	30
Tabela 11 - Receita e Despesa (2015-2037) .....	34
Tabela 12 - Plano de Tesouraria 2013-2037 (Resumo).....	35
Tabela 13 – Plano de tesouraria trimestral (2016-2018).....	37
Tabela 14 – Evolução da receita (2013-2037) .....	41
Tabela 15 - Quadro de pessoal 2016 (Postos de Trabalho Ocupados).....	46
Tabela 16 – Remunerações certas e permanentes (2012-2016).....	46
Tabela 17 – Despesas com pessoal (2014-2018).....	47

Tabela 18 - Evolução da despesa em aquisição de bens e serviços (2013-2018) .....	49
Tabela 19 – Plano de amortização da dívida financeira (2017-2045).....	50
Tabela 20 - Evolução da despesa corrente (2013 – 2037) .....	53
Tabela 21 - Evolução da despesa de capital .....	55
Tabela 22 - Plano financeiro e evolução da tesouraria (2013 – 2037).....	59
Tabela 23 – Dívida Grupo Autárquico de Nordeste (2016).....	64
Tabela 25 – Plano de Amortização Empréstimo FAM (consolidação da dívida de curto prazo).....	65
Tabela 26 – Plano de Amortização Empréstimo FAM (consolidação de empréstimos de reequilíbrio financeiro).....	66
Tabela 27 – Plano de Amortização Empréstimos SEL .....	66
Tabela 28 - Receita e despesa na vigência do PAM (2016-2035).....	68
Tabela 29 - Evolução do endividamento.....	70

## 0. Introdução

O Município de Nordeste situa-se na Ilha de S. Miguel, Açores, ocupa uma área de aproximadamente 101 km<sup>2</sup> e é constituído por 9 freguesias. A ruralidade e o terreno montanhoso e verdejante são características marcantes do concelho. Nos últimos anos tem-se denotado dificuldades acrescidas à localização do investimento e, por consequência, à fixação da população. Com uma população de perto de cinco mil habitantes (SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores – Demografia 2013), o concelho sofre de um envelhecimento populacional que agrava a capacidade de desenvolvimento económico e social do concelho. A situação agravou-se com a mais recente e profunda crise financeira, que não obstante os mais recentes sinais de recuperação, continua a produzir os seus efeitos sobre a economia portuguesa.

Além destas externalidades negativas, o Município não soube definir verdadeiras prioridades de investimento para o Concelho, demonstrando pouca ponderação no que concerne ao equilíbrio adequado entre as receitas do Município e as despesas aplicadas. Por isto, foi imposto ao Município o sacrifício da sua capacidade de investimento em detrimento da manutenção das suas políticas de apoio social. No passado recente as transferências de capital da Administração Central registaram uma forte quebra, facto que motivou um esforço de contenção da despesa, com resultados francamente positivos, que permitiram mesmo entre 2014 e 2016 a redução de dívida de mais de 3 milhões de euros. Estes resultados comprovam o sucesso da estratégia de reequilíbrio financeiro aplicada a nível municipal no que concerne à solução do problema de endividamento que tem vindo a afetar o Município, devendo este esforço ser mantido no longo prazo, via uma gestão rigorosa assente na economia, eficiência e eficácia dos recursos disponíveis, que permita a obtenção de um equilíbrio financeiro duradouro, objetivo estratégico fundamental deste plano.

No entanto, o presente coloca um novo problema de desequilíbrio financeiro ao Município, por via da integração das entidades do Setor Empresarial Local (SEL), que somente será solucionável por via da adesão ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) e consequente adoção de um rigoroso plano de ajustamento financeiro, mas realista, atendendo á conjuntura do Município e suas populações. Adicionalmente, no ano de 2015, o Município viu o seu equilíbrio financeiro ameaçado pelas intempéries que assolaram o Nordeste, destruindo infraestruturas fundamentais, as quais deverão ser objeto de reposição ou reconstrução no futuro próximo, estando o prejuízo estimado em aproximadamente 2.5 milhões de euros.

Assim, para orientação global do processo de reequilíbrio financeiro encetado, vem através deste documento o Município de Nordeste formalizar a sua adesão ao mecanismo de recuperação financeira municipal, através da elaboração de um programa de ajustamento municipal (PAM) em linha com o disposto no artigo 23º da Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto, e no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro).

As medidas contidas neste plano visam a redução programada da dívida consolidada do Município, através de medidas de reestruturação financeira, da racionalização da despesa e da maximização da receita, estruturada e adequada, sempre que possível, medidas essas que permitam o regresso a uma situação de equilíbrio orçamental e de cumprimento do limite de endividamento previsto no Artigo 52º da Lei nº 73/2013. A estratégia de consolidação financeira apresentada tem no entanto limitações resultantes da elevada inelasticidade da receita, pela forte dependência do Município de transferências da Administração Central, pelo que a intervenção estrutural do Município se poderá apenas realizar por via da contenção da despesa, como observado no passado recente. No entanto, importa estarmos cientes que o Município necessita de promover as suas políticas de inclusão social, tal como qualquer outra concelhia do país.

Este plano contempla o impacto da internalização das empresas locais denominadas HSN - Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho de Nordeste, E.E.M. ("HSN"), DNHS – Empresa de Desenvolvimento de Habitação Social do Nordeste, S.A. ("DNHS"), e a manutenção da empresa Nordeste Activo E.M. S.A. ("Nordeste Activo") em funcionamento, constituindo assim um documento que soluciona a situação financeira de todo o Grupo Autárquico. Este plano não considera no entanto quaisquer encargos resultantes da empresa Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos Recreativos e Turísticos do Nordeste S.A. ("Gedernor"), por esta se encontrar com insolvência já decretada.

Uma vez obtidas as aprovações necessárias (artigos 26º, 27º e 28º da Lei nº 53/2014), a concretização deste plano resultará na obtenção de assistência financeira do FAM na modalidade de um empréstimo remunerado com a maturidade de 20 anos, correspondente ao termo do período de vigência do PAM (artigos 44º a 47º da Lei nº 53/2014).

Esta substituição de dívidas existentes por uma dívida consolidada de longo prazo irá permitir aliviar a gestão da tesouraria, libertando recursos cruciais para o desenvolvimento socioeconómico do Município, nomeadamente a execução de investimentos estruturantes, em particular no âmbito de incentivos comunitários inseridos no quadro de apoio Açores2020.

Sublinhe-se que devido a horizontes temporais muito alargados das medidas de reequilíbrio orçamental e de reestruturação financeira, as quais se estendem para além do mandato dos presentes órgãos autárquicos, apesar do cuidado, rigor e prudência tidos em conta na sua elaboração, estes elementos devem ser encarados como indicadores e orientadores da linha económico-financeira a seguir pelo Município, podendo ser demonstrada no futuro a necessidade de ajustamentos pelos órgãos competentes, no caso de a conjuntura assim o exigir.

## 1. Enquadramento

### 1.1. Análise da evolução da situação financeira do Município

O Município de Nordeste procedeu desde 2014 a uma assinalável redução da sua dívida e à acumulação de meios financeiros líquidos relevantes, resultado principal da implementação de uma estratégia eficaz de alguma maximização da receita e minimização da despesa. No final de 2016 o Município não tem mesmo quaisquer dívidas a fornecedores, com exceção da dívida a internalizar das suas entidades de setor empresarial local.

Estes esforços, implementados com vista à recuperação financeira do Município, proporcionaram resultados positivos, nomeadamente a redução do nível global de despesas com pessoal (em 2016 face a 2011) de aproximadamente 19 %, e o notável aumento da receita registado na rubrica de Impostos Diretos (especialmente de IMI, o qual quintuplicou desde 2011). Não obstante, e apesar da acumulação de um saldo de tesouraria elevado, a posição de desequilíbrio financeiro consolidado da autarquia mantém-se devido ao elevado montante de dívida das empresas do SEL e ao crédito bancário resultante do processo de reequilíbrio financeiro apresentar taxas de juros elevadas.

Paralelamente, convém referir que as presentes insuficiências financeiras levantam barreiras adicionais à capacidade do Município em participar mais ativamente no desenvolvimento económico, social e cultural da região, agravando as assimetrias já evidentes, em virtude de um cenário económico adverso, transversal a todos os quadrantes da sociedade. Consequentemente, qualquer solução de curto prazo será assim manifestamente insuficiente para fazer face a um problema estrutural com a gravidade da presente situação, exigindo-se uma solução de equilíbrio de longo prazo como a que se preconiza no Artigo 1º da Lei nº 53/2014.

Mais se refere que de acordo com o regime jurídico de recuperação financeira municipal, (Lei nº 53/2014), a presente posição do Município configura uma situação de adesão obrigatória do Município de Nordeste ao FAM, nos termos do nº 2 do artigo 61º da Lei nº 73/2013, caracterizando-se a posição do Município em 31 de Dezembro de 2014 como de rutura financeira, já que a sua dívida total prevista no nº 52 da supracitada Lei, mesmo tendo em conta a forte redução de dívida dos últimos tempos e a ausência de dívidas a fornecedores, é superior a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

## 1.2. Objetivos e estratégia do Programa

O objetivo primordial deste Plano de Ajustamento Municipal é o reequilíbrio financeiro de longo prazo do Município e o regresso a uma situação de endividamento consentânea com o limite previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013. A estratégia do Município tem como objetivo a redução programada da dívida, através da racionalização da despesa e da possível maximização da receita. Mais concretamente, os níveis de despesa deverão ser mantidos nos estritamente necessários para assegurar o normal funcionamento do Município na sua função fundamental de promoção e desenvolvimento económico e social de Nordeste, não esquecendo no entanto de dar continuidade à prossecução da estratégia fundamental de redução da dívida seguida nos últimos tempos.

Note-se que este plano constitui a única solução financeira legal para o Município, servindo de instrumento à resolução dos compromissos financeiros e à obtenção do equilíbrio financeiro do Município a longo prazo por via de assistência financeira do FAM com base num empréstimo remunerado com a maturidade de 20 anos, correspondente ao termo do período de vigência do PAM (artigos 44º a 47º da Lei nº 53/2014) e a negociação de dívidas com os credores, nos casos em que tal seja possível.

A substituição das dívidas existentes a internalizar e de algumas dívidas financeiras excessivamente onerosas por uma dívida de longo prazo é fundamental para uma gestão de tesouraria equilibrada, libertando recursos cruciais ao investimento e ao desenvolvimento do Município, e garantindo o integral cumprimento da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Este documento, para além de concretizar a orientação estratégica financeira de longo prazo do Município, constitui assim também um Plano de Liquidação dos Pagamentos em Atraso existentes no Município de Nordeste, se bem que apenas no que respeita a dívidas a internalizar do SEL, pois o Município não apresenta quaisquer dívidas a fornecedores e fornecedores de imobilizado no final de 2016.

### 1.3. Dívida – Evolução e medidas de contenção

O estudo da evolução da dívida é abaixo apresentado na Tabela 1 através da descrição da posição financeira do Município com base nas rubricas do Passivo constantes nos Balanços apresentados entre 2011 e 2015.

**Tabela 1 – Dívida do Município (2011-2015)**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Município</b>					
<i>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	6 562	6 033	13 681	13 965	13 780
Fornecedores de imobilizado	0	0	0	0	0
<i>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	566	547	866	1 156	0
Fornecedores c/c	458	254	125	119	45
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	295	727	97	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	10 620	9 457	2 105	0	0
Outros Credores	37	43	114	70	323
<b>TOTAL</b>	<b>18 537</b>	<b>17 061</b>	<b>16 987</b>	<b>15 310</b>	<b>14 148</b>

(Valores em milhares de euros)

O exercício de 2016 não se encontra contemplado na tabela, pois não existem ainda contas aprovadas relativas ao mesmo período. Conforme resulta da análise da evolução das rubricas do passivo, entre 2011 a 2015 o Município operou uma redução da sua dívida num montante de aproximadamente 4,3 milhões de euros, sendo que mais de metade desta redução ocorreu nos anos de 2014 e 2015. No ano de 2016 a tendência de redução de dívida foi mantida. Paralelamente, é também importante realçar a qualidade da estratégia implementada, e em especial do contributo do sucesso do esforço de maximização da receita e de minimização da despesa para a diminuição da dívida, facto revelador da capacidade de reequilíbrio financeiro a longo prazo. No entanto, e apesar deste notório esforço, por via da internalização do SEL, a posição financeira consolidada do Município apresenta ainda um montante considerável de dívidas, as quais deverão ser alvo de reestruturação e consolidação, por forma a permitir o equilíbrio financeiro de longo prazo. A este facto acresce ainda que parte da dívida municipal resultante do processo de adesão ao PAEL e ao reequilíbrio financeiro, apresenta taxas de juro elevadas,

superiores mesmo a 6%, as quais deverão ser substituídas no âmbito deste processo por dívida ao FAM, substancialmente menos onerosa.

Tabela 2 – Dívida do SEL (2011-2015)

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
<b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL (SEL)</b>					
<i>Passivo não corrente - Médio e Longo Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	6 042	5 288	5 272	5 140	4 871
Fornecedores de imobilizado	0	0	0	0	0
<i>Passivo corrente - Curto Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	2 193	2 180	2 072	1 219	1 124
Fornecedores c/c	1 187	1 285	836	764	621
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	24	16	12	13	10
Outros Credores	220	527	368	919	852
<b>TOTAL SEL</b>	<b>9 666</b>	<b>9 296</b>	<b>8 559</b>	<b>8 055</b>	<b>7 477</b>
<b>HSN</b>					
<i>Passivo não corrente - Médio e Longo Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	56	2 227	2 172	2 172	2 172
Fornecedores de imobilizado	0	0	0	0	0
<i>Passivo corrente - Curto Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	0	0	0	0	0
Fornecedores c/c	49	32	57	80	95
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	1	3	0	0	0
Outros Credores	3	3	44	124	189
<b>SUBTOTAL HSN</b>	<b>109</b>	<b>2 265</b>	<b>2 273</b>	<b>2 376</b>	<b>2 457</b>
<b>DNHS</b>					
<i>Passivo não corrente - Médio e Longo Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	5 224	2 341	2 429	2 429	2 234
Fornecedores de imobilizado	0	0	0	0	0
<i>Passivo corrente - Curto Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	200	200	192	125	0
Fornecedores c/c	372	632	629	627	468
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	14	5	2	0	0
Outros Credores	66	309	235	314	216
<b>SUBTOTAL DNHS</b>	<b>5 876</b>	<b>3 486</b>	<b>3 486</b>	<b>3 494</b>	<b>2 918</b>
<b>NORDESTE ACTIVO</b>					
<i>Passivo não corrente - Médio e Longo Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	762	720	670	539	465
Fornecedores de imobilizado	0	0	0	0	0
<i>Passivo corrente - Curto Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	1 993	1 980	1 880	1 094	1 124
Fornecedores c/c	766	621	151	58	57
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	9	9	10	13	10
Outros Credores	151	215	89	482	447
<b>SUBTOTAL NORDESTE ACTIVO</b>	<b>3 681</b>	<b>3 546</b>	<b>2 800</b>	<b>2 185</b>	<b>2 102</b>

(Valores em Milhares de Euro)

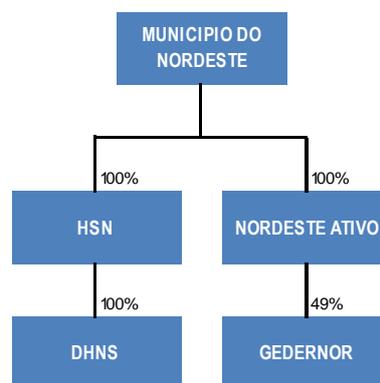
No que respeita à adoção de medidas de redução, mas também de reestruturação da dívida consolidada do Município convém salientar que a estratégia do Município visa uma melhor gestão dos recursos financeiros da autarquia, com uma conseqüente melhoria da situação económico-financeira e a implementação de uma gestão de tesouraria que evite a todo o custo qualquer criação de dívidas a fornecedores. Este plano inclui medidas de contenção da despesa corrente, em particular de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, as parcelas mais significativas da despesa corrente do Município que adiante detalharemos. Adicionalmente, as medidas de maximização da receita sob controlo do Município, mesmo que reduzidas, estão já em prática, nomeadamente a fiscalização eficaz do cumprimento do regulamento de taxas e licenças do Município.

## 2. Grupo Autárquico

O Sector Empresarial Local do Município de Nordeste é constituído por três entidades relevantes para efeitos de determinação de limites da dívida total, denominadas HSN - Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho de Nordeste, E.E.M. ("HSN"), DNHS – Empresa de Desenvolvimento de Habitação Social do Nordeste, S.A. ("DNHS") e Nordeste Activo E.M. S.A. ("Nordeste Activo"). Adicionalmente, o Município detém também uma participação indireta na empresa Gedernor - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos Recreativos e Turísticos do Nordeste S.A. ("Gedernor"), a qual se encontra com insolvência já decretada, sendo assim desconsiderada deste plano.

O diagrama que de seguida apresentamos decompõe a estrutura de participações do Grupo Autárquico.

**Figura 1 – Organograma de participações do SEL**



No âmbito das medidas contidas neste plano, e do enquadramento proporcionado pelas Leis nº 50/2012 de 31 de Agosto, e 73/2013 de 3 de Setembro, convém referir que este plano contempla a internalização das empresas locais denominadas HSN, DHNS e a manutenção em funcionamento da Nordeste Activo no Município. O impacto da assunção de um montante de dívida de aproximadamente 7 milhões de euros, referente às três entidades supra mencionadas encontra-se discriminado na Tabela 2.

O Município participa ainda em duas associações de municípios, designadamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. Estas participações não são no entanto materiais e não constituem foco de dívida ou desequilíbrio financeiro do Município, funcionando apenas como motores de desenvolvimento integrado da região, pelo que não são consideradas neste plano financeiro.

### 3. Principais indicadores socioeconómicos

O Município de Nordeste ocupa uma área de aproximadamente 101 km<sup>2</sup>, subdividindo-se em 9 freguesias, onde a ruralidade e o contraste entre as montanhas e os vales são características marcantes. A dinâmica demográfica do Município revela uma tendência negativa, tendo o número de habitantes decrescido mais de 6,5% desde 2001 face a 2011, anos em que se realizaram os últimos censos. Destaca-se ainda que de acordo com dados do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) para o ano de 2013, a população do Município mantém uma taxa de crescimento natural negativa, sendo o seu índice de envelhecimento o mais elevado da Ilha de S. Miguel e dos maiores da Região Autónoma dos Açores.

**Tabela 3 – População residente por Município em 2011 (Ilha de S. Miguel)**

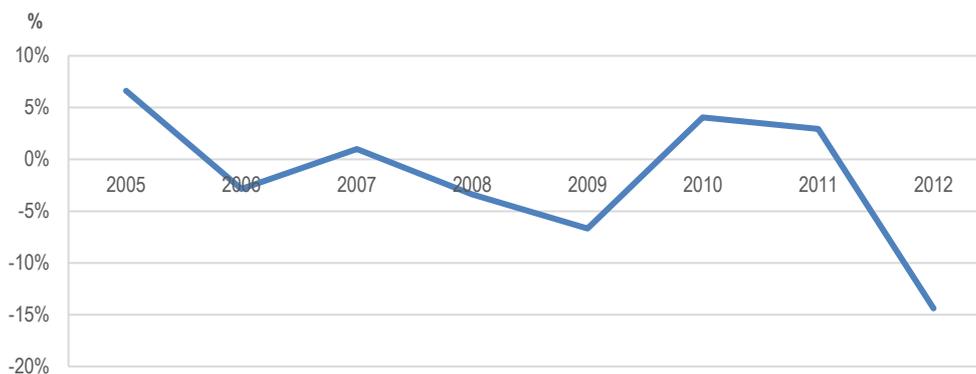
CONCELHOS	População Residente		
	HM	H	M
<b>AÇORES</b>	<b>246 772</b>	<b>121 534</b>	<b>125 238</b>
<b>ILHA DE SAO MIGUEL</b>	<b>137 856</b>	<b>67 988</b>	<b>69 868</b>
Lagoa	14 442	7 167	7 275
Nordeste	4 937	2 445	2 492
Ponta Delgada	68 809	33 516	35 293
Povoação	6 327	3 091	3 236
Ribeira Grande	32 112	16 184	15 928
Vila Franca do Campo	11 229	5 585	5 644

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

No que respeita a níveis de emprego e atividade económica o Município de Nordeste apresenta nas últimas décadas uma evolução negativa. Com referência ao período entre 1960 e 2011, a taxa de desemprego do Município registou uma evolução bastante negativa, passando de 0,6% para 12,1%, em paralelo com o fenómeno de desertificação do concelho, em resultado de forte emigração, fragilizando o tecido económico.

No que concerne aos níveis de atividade económica desenvolvidos no Município, a taxa de variação do volume de negócios das empresas no Município do Nordeste revela uma tendência acentuadamente negativa, expondo as dificuldades que a atual conjuntura económica adversa coloca à população Nordestense.

**Gráfico 1 – Taxa de variação do volume de negócios das empresas do Nordeste (%)**



Os indicadores acima apresentados demonstram que se tem vindo a acentuar a difícil situação vivida no Município do Nordeste. Esta situação reforça o papel da autarquia na promoção do desenvolvimento económico e social, via recurso a políticas de combate ao desemprego e às suas consequências sociais, nomeadamente através dos programas de emprego da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, do Governo Regional, e da promoção do empreendedorismo de empresários locais.

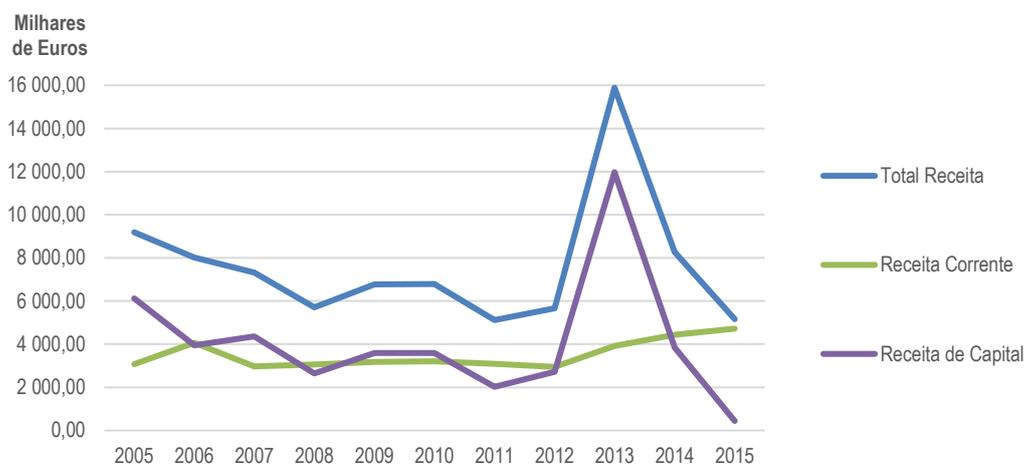
## 4. Cenário Orçamental

A presente secção apresenta a análise da situação orçamental do Município de Nordeste, procedendo-se à análise detalhada da evolução da receita, da despesa e da conta de gerência para o período de 2011 a 2015. Não são apresentados dados relativos ao ano de 2016 pois não foram ainda aprovados em Assembleia Municipal, mas é de realçar que se mantém a tendência observada. Adicionalmente, é também realizada a análise detalhada dos valores apresentados em Balanço, em especial das rubricas do passivo, face à sua relevância para o plano financeiro aqui apresentado e que tem como objetivo a consolidação de passivos financeiros.

### 4.1. Receita

O gráfico 2 apresenta a evolução das principais rubricas da receita durante o período de 2005 a 2015. É notória a relativa estabilidade do montante do nível global da receita no passado recente, não obstante o *trade-off* verificado nas componentes da receita, com substituição de receita de capital por receita corrente resultante do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Exceção digna de menção é a receita de capital de passivos financeiros resultante da contratação de empréstimos, de reequilíbrio financeiro e PAEL em 2013, os quais se observam neutros na relação de saldos da receita vs. despesa.

Gráfico 2 - Evolução das receitas



Como podemos observar, a evolução das receitas de capital excluindo empréstimos revela uma quebra acentuada nas receitas de capital no Município, facto limitativo da política de investimento e que confronta a gestão do Município com uma difícil escolha: abdicar da realização de despesa ou encontrar soluções alternativas para financiar investimentos de carácter estruturante para o bem-estar da sociedade local.

No que respeita a receitas correntes, estas aumentaram aproximadamente 54% desde 2011, facto justificado pelo reforço de transferências correntes nas verbas FEF, conforme acima se destaca, e ainda pelo aumento proveniente das receitas com Imposto Municipal sobre Imóveis resultante do processo de reavaliação do valor patrimonial tributário dos imóveis e do aumento da taxa de IMI definida pelo Município, obrigatório na adesão ao Programa de Apoio à Economia Local.

A Tabela 4 apresenta em maior detalhe a composição e evolução da receita durante o período em análise, sendo de referir que o nível global de receitas do Município em 2015 se situa próximo dos níveis de 2010. Nesta tabela é possível observar que as receitas correntes apresentaram uma evolução desfavorável até 2012, devido ao facto de o Município não ter a possibilidade de compensar a quebra verificada nas transferências correntes com um aumento em outras componentes de receita. Esta rigidez estrutural da receita é mesmo um dos principais factos limitativos da capacidade de reequilíbrio financeiro em menor prazo do que o estabelecido neste plano, que está maioritariamente dependente de fatores externos ao Município.

Simultaneamente, é importante salientar que o montante de cerca de 1,38 milhões de euros de receita não recorrente recebidos neste período relativos a projetos comunitários em 2011 e 2012 constituiu um importante fator de amortecimento das dificuldades sentidas pelo Município em libertar meios financeiros para investimento.

Tabela 4 - Evolução da receita

Caracterização	2011	2012	2013	2014	2015
IMI	99	103	235	416	510
Variação %		3,8%	128,2%	77,2%	22,5%
IUC	40	49	69	56	56
Variação %		22,8%	42,7%	-18,4%	-1,0%
IMT	72	58	76	77	84
Variação %		-19,9%	32,2%	1,6%	9,1%
DERRAMA	5	5	13	5	5
Variação %		5,0%	176,3%	-63,0%	1,0%
Impostos indirectos	4	2	4	2	3
Variação %		-50,9%	80,1%	-53,9%	47,2%
Taxas	30	42	19	16	14
Variação %		41,0%	-53,8%	-17,1%	-14,2%
Rendimentos de propriedade	0	0	0	9	36
Variação %		71,8%	6,5%	14174,5%	307,6%
Transferências correntes	2 816	2 675	3 470	3 826	3 978
Variação %		-5,0%	29,8%	10,2%	4,0%
Vendas	28	13	31	29	32
Variação %		-53,6%	141,4%	-8,3%	11,5%
Outras receitas correntes	0	1	0	1	2
Variação %			-83,4%	556,6%	65,6%
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>3 093</b>	<b>2 947</b>	<b>3 918</b>	<b>4 437</b>	<b>4 719</b>
<b>Variação %</b>		<b>-4,7%</b>	<b>33,0%</b>	<b>13,2%</b>	<b>6,4%</b>
Transferências de Capital	1 692	1 606	803	390	408
Variação %		-5,1%	-50,0%	-51,4%	4,7%
Receitas de capital (Passivos Financeiros)	0	0	10 490	1 521	0
Variação %				-85,5%	-100,0%
Receitas de capital (Projetos Cofinanciados)	272	1 113	662	1 925	32
Variação %		308,7%	-40,5%	190,7%	-98,3%
Outras receitas de capital	59	1	15	1	0
Variação %		-99,1%	2673,7%	-92,9%	-100,0%
<b>Total Receitas Capital</b>	<b>2 024</b>	<b>2 719</b>	<b>11 970</b>	<b>3 837</b>	<b>440</b>
<b>Variação %</b>		<b>34,4%</b>	<b>340,2%</b>	<b>-67,9%</b>	<b>-88,5%</b>
<b>Total Receita</b>	<b>5 117</b>	<b>5 666</b>	<b>15 889</b>	<b>8 274</b>	<b>5 159</b>

(Valores em Milhares de Euro)

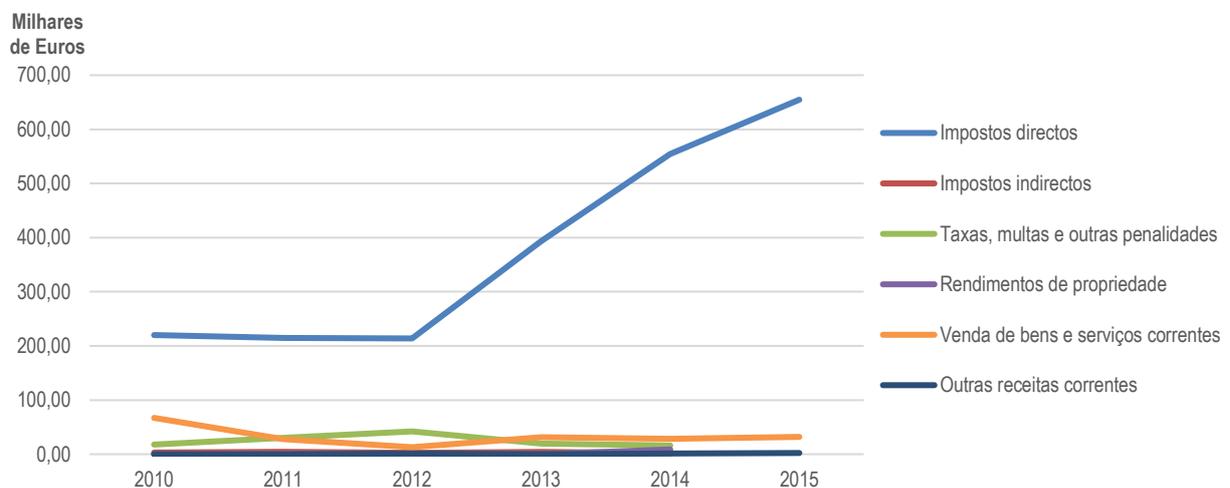
Em 2015, após um período de relativa estabilidade entre 2011 e 2013, a evolução da receita corrente do Município (não considerando as receitas de capital relativas ao empréstimo contratado no âmbito do PAEL) evidenciou um aumento de 20% face a 2013, sendo de salientar o contributo positivo proveniente do aumento da receita proveniente de impostos directos, em especial do IMI. O exercício de 2016, ainda não encerrado, encontra paralelismo com o exercício de 2015.

Em 2015 a receita tem observado um padrão estrutural similar a 2014, com exceção de passivos financeiros e receitas de projetos cofinanciados, que observam um caráter não recorrente em 2014.

A análise da receita corrente demonstra que esta é claramente dominada pelas transferências do Estado, sendo que em 2015 a componente corrente do FEF era representativa de aproximadamente 78% do total das receitas correntes. No que concerne às remanescentes componentes da receita corrente, as componentes mais significativas eram impostos directos (14%) e outras transferências correntes (6,3%).

Convém ainda referir que com o intuito de potenciar as medidas já implementadas desde a adesão ao PAEL, o Município continuará a envidar esforços de melhoria de eficiência ao nível do regulamento de taxas municipais, bem como dos mecanismos de cobrança e fiscalização, os quais têm observado elevada eficiência e eficácia.

**Gráfico 3 - Evolução dos componentes das receitas correntes (excluindo transferências)**

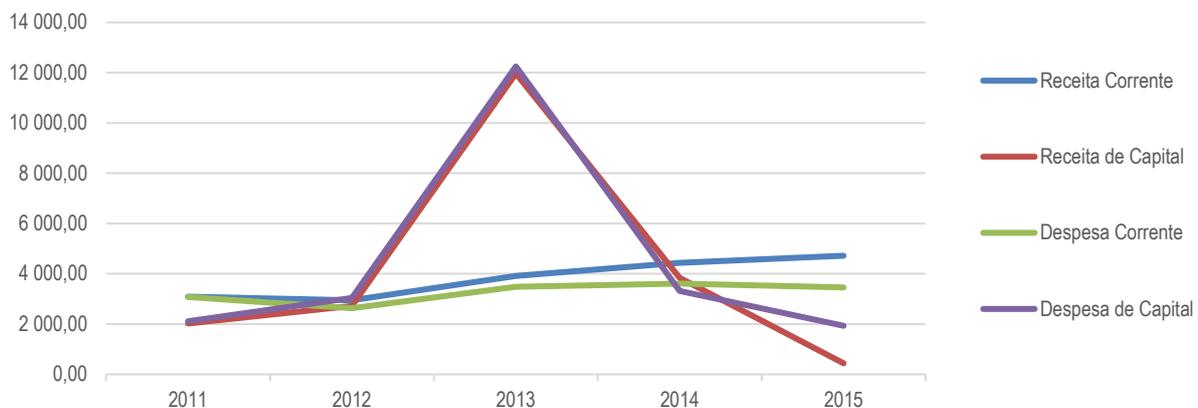


Uma análise conclusiva da evolução da receita municipal, apesar de poder evidenciar alguma estabilidade e um efeito de substituição entre tipos de receita, demonstra um facto algo preocupante: a inexistência de controlo do Município sobre os principais agregados de receita. Este facto é severamente limitativo da ação municipal, que apenas pode intervir assim do lado da receita em rubricas que *per se* não permitem o reequilíbrio financeiro. Assim, tem sido estratégia fundamental do Município a intervenção pelo lado da despesa, vendo-se esgotados os mecanismos possíveis de maximização da receita.

## 4.2. Despesa

A presente secção apresenta uma descrição da composição e evolução da despesa durante o período em análise, a qual se situava em 2015 cerca de 4% acima dos valores apresentados em 2011. O gráfico 4 abaixo apresenta a evolução comparativa das componentes da despesa e da receita durante o período de 2011 a 2015. O exercício de 2016 encontra-se alinhado com o de 2015.

**Gráfico 4 - Evolução comparativa da receita e da despesa**



Conforme se observa no gráfico 4 e na tabela 5 abaixo, a despesa corrente apresenta uma elevada estabilidade durante o período em análise, tendo o Município observado sucesso no seu objetivo de contenção de despesa, com resultados especialmente positivos ao nível da despesa com pessoal, a qual diminuiu aproximadamente 17% entre 2011 e 2015. O valor global da despesa corrente em 2013 e 2014 reflete no entanto alguns pagamentos no âmbito do PAEL, motivo pelo qual não se consegue observar diretamente este fenómeno de redução. No exercício de 2015 foram também envidados esforços de contenção da despesa, tendo no entanto observado algum incremento no final do ano, pela necessidade de reabilitação de infraestruturas após as intempéries que assolaram o Município no mês de Setembro de 2015 e que destruíram importantes infraestruturas municipais.

Não obstante, convém referir que neste período o Município esteve exposto a um maior esforço para fazer face ao serviço dívida inerente à contratação do PAEL. Adicionalmente, deve ser observado como a receita e a despesa correntes e de capital se equilibram, o que é evidente no gráfico 4.

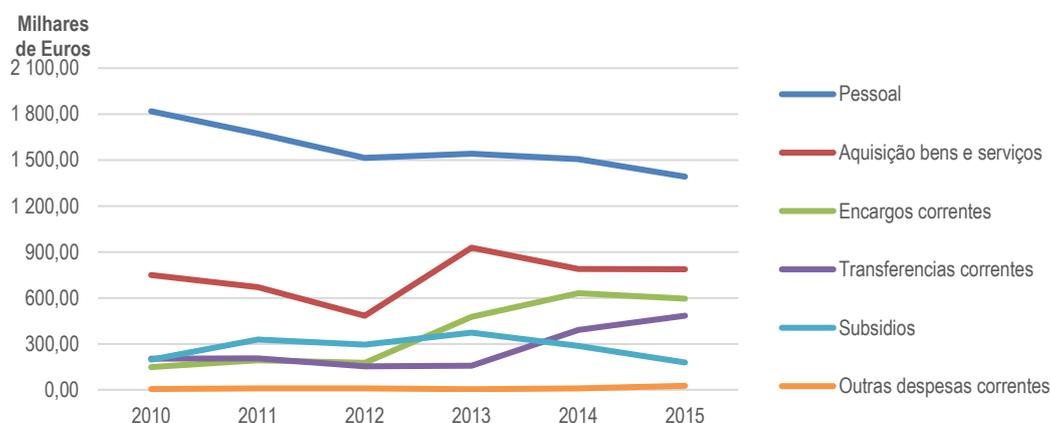
**Tabela 5 - Evolução da despesa corrente**

Caracterização	2011	2012	2013	2014	2015
01 Pessoal	1 673	1 515	1 541	1 506	1 392
Variação %	-8,0%	-9,5%	1,7%	-2,3%	-7,6%
02 Aquisição bens e serviços	670	483	928	788	788
Variação %	-10,7%	-27,8%	91,9%	-15,1%	0,0%
03 Encargos correntes	193	175	476	631	595
Variação %	30,5%	-9,3%	171,4%	32,5%	-5,7%
04 Transferencias correntes	206	153	157	390	484
Variação %	0,8%	-25,5%	2,2%	148,8%	24,1%
05 Subsídios	328	295	373	286	178
Variação %	66,9%	-10,0%	26,4%	-23,4%	-37,7%
06 Outras despesas correntes	10	8	4	10	26
Variação %	72,2%	-13,9%	-52,6%	145,9%	167,3%
<b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b>	<b>3 079</b>	<b>2 630</b>	<b>3 478</b>	<b>3 609</b>	<b>3 462</b>
Variação %	-1,4%	-14,6%	32,2%	3,8%	-4,1%

(Valores em Milhares de Euro)

Apesar do sucesso das medidas de contenção adotadas, o pagamento da despesa corrente (Gráfico 5) continua a pressionar a gestão da tesouraria do Município, com especial destaque para as despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços e juros que, conjuntamente, representam aproximadamente 80% do total da despesa corrente em 2015.

**Gráfico 5 - Evolução dos componentes da despesa corrente**



No caso específico das despesas com pessoal, a Tabela 6 detalha a despesa com salários, por vínculo, entre os anos de 2011 e 2015. Conforme se pode observar tem havido uma significativa redução das diversas rubricas das despesas com pessoal no Município, apesar dos aumentos de encargos impostos legalmente. O contributo mais relevante para esse decréscimo adveio da redução nas categorias de contratos individuais de trabalho.

Tabela 6 - Mapa de evolução de despesas com pessoal

Descrição	Ano					Variação 2011-2015	
	2011	2012	2013	2014	2015	%	Absoluta
<b>Remunerações</b>							
Titulares de órgãos de soberania	83	84	82	84	85	1%	0
Quadros - Contrato Indiv. Trabalho	855	844	839	772	692	-10%	-83
Pessoal contratado a termo	9	4	0	0	0	-100%	-9
Pessoal em reg. tarefa ou avença	0	0	0	0	0	N/A	0
Pessoal aguardando aposentação	1	1	0	0	0	-100%	-1
Pessoal - Outras situações	29	29	28	23	17	-19%	-5
Subsidio de férias e natal	181	95	134	151	136	-16%	-29
Subsidio de refeição	109	111	88	75	74	-31%	-34
	<b>1 267</b>	<b>1 168</b>	<b>1 171</b>	<b>1 105</b>	<b>1 003</b>	<b>-13%</b>	<b>-162</b>
Postos de trabalho	87	87	82	79	79		
<b>Outras remunerações</b>							
Despesas de representação	20	20	20	26	23	26%	5
Suplementos e prémios	10	14	13	12	13	12%	1
Ajudas de custo	8	7	6	7	6	-14%	-1
Doença e maternidade	4	0	1	0	0	-98%	-4
Horas extraordinárias	28	22	15	0	0	-100%	-28
Indemnização por cessação funções	0	0	0	0	0	N/A	0
Abonos para falhas	1	1	1	1	1	-13%	0
Outros	16	7	0	0	48	-	-16
	<b>87</b>	<b>72</b>	<b>57</b>	<b>45</b>	<b>91</b>	<b>-48%</b>	<b>-42</b>
<b>Encargos</b>							
Segurança social	320	276	313	356	298	11%	36
<b>TOTAL</b>	<b>1 673</b>	<b>1 515</b>	<b>1 541</b>	<b>1 506</b>	<b>1 392</b>	<b>-10%</b>	<b>-168</b>

(valores em milhares de Euro)

No que concerne às despesas de capital, no período em análise o Município observou um ligeiro decréscimo dos seus níveis de investimento, por força da diminuição das receitas de capital provenientes do orçamento de estado, bem como do significativo montante anual de despesa com passivos financeiros. Este decréscimo, apesar de amortecido em alguns anos por investimentos feitos no âmbito do Proconvergência, constituiu-se como um fator limitativo da ação do Município enquanto dinamizador do desenvolvimento local.

Tabela 7 - Evolução da despesa de capital

<b>Caracterização</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Despesas de Capital</b>				
Despesas de Capital	2 489	9 727	2 371	591
Passivos Financeiros	547	2 524	947	1 340
<b>Total de Despesas de Capital</b>	<b>3 036</b>	<b>12 251</b>	<b>3 319</b>	<b>1 932</b>
<b>Fontes de Financiamento</b>				
Receitas de Capital	1 607	11 346	1 912	440
Receitas Capital - A2020/Proconvergência	1 113	662	1 925	32
Receitas Correntes	316	243		1 460
<b>Total Fontes de Financiamento</b>	<b>3 036</b>	<b>12 251</b>	<b>3 837</b>	<b>1 932</b>

(Valores em Milhares de Euro)

### 4.3. Principais indicadores orçamentais (saldos na ótica não financeira)

A presente secção apresenta a evolução dos principais indicadores orçamentais do Município no período entre 2011 e 2015. Neste período, em consequência da situação económico-financeira do Município, nomeadamente do esforço de redução da dívida envidado e do crescimento da receita corrente, assistiu-se a uma evolução positiva do saldo entre receita e despesa, mesmo considerando o agravamento do serviço de dívida inerente à contratação do PAEL, o que demonstra a capacidade de equilíbrio financeiro no longo prazo.

**Tabela 8 – Indicadores orçamentais**

<b>Indicador</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Receita Total - Despesa Total	0	160	1 346	-202
Receita Total / Despesa Total	100%	101%	119%	96%
Serviço de Dívida / Despesa Total	10%	16%	14%	25%
Juros	175	476	631	595
Amortização de Capital	547	2 524	947	1 340
Serviço de Dívida	722	3 000	1 578	1 935
Despesas não financeiras	5 119	13 205	5 981	4 053
Receitas	5 666	15 889	8 274	5 191
Saldo Primário	547	2 684	2 293	1 138
SP/SD	76%	89%	145%	59%

(Valores em Milhares de Euro)

#### 4.4. Evolução do valor da dívida

A evolução da dívida consolidada do Município é abaixo apresentada através da descrição da posição financeira do Município e do SEL com base na agregação dos Balanços apresentados entre 2011 e 2015. A Tabela 9 apresenta a evolução das rubricas do Passivo, sendo de realçar, apesar dos condicionalismos a que esteve sujeita a autarquia, a assinalável redução da dívida consolidada entre 2012 e 2015, no montante de aproximadamente 4,9 milhões de euros, uma redução que em termos relativos é representativa de cerca de 17,4% do total de dívida consolidada existente em 2011.

**Tabela 9 – Dívida consolidada (2011-2015)**

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Dívida consolidada do Grupo Autárquico</b>					
<i>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	12 604	11 321	18 952	19 105	18 651
Fornecedores de imobilizado	0	0	0	0	0
<i>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	2 758	2 727	2 938	2 375	1 124
Fornecedores c/c	1 645	1 539	961	884	666
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	295	727	97	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	10 620	9 457	2 105	0	0
Outros Credores	281	585	493	1 002	1 184
<b>TOTAL</b>	<b>28 204</b>	<b>26 357</b>	<b>25 546</b>	<b>23 365</b>	<b>21 625</b>

(Valores em milhares de euros)

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Dívida consolidada do Grupo Autárquico</b>					
<i>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	12 604	11 321	18 952	19 105	18 651
Fornecedores de imobilizado	0	0	0	0	0
<i>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</i>					
Dívidas a instituições de crédito	2 758	2 727	2 938	2 375	1 124
Fornecedores c/c	1 645	1 539	961	884	666
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	295	727	97	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	10 620	9 457	2 105	0	0
Outros Credores	281	585	493	1 002	1 184
<b>TOTAL</b>	<b>28 204</b>	<b>26 357</b>	<b>25 546</b>	<b>23 365</b>	<b>21 625</b>

(Valores em milhares de euros)

#### 4.5. Evolução do valor da dívida consolidada por trimestre

A evolução da dívida consolidada e por trimestre do Município é abaixo apresentada através da descrição da posição financeira do Município e do SEL com base nas Prestações de Contas apresentadas em 2013, 2014 e 2015. A Tabela seguinte apresenta a evolução da dívida do Grupo Autárquico nos três anos que antecedem o presente plano, em conformidade com o disposto no artigo 52º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro.

**Tabela 10 – Evolução da Dívida Trimestralizada**

DÍVIDA	2013 - 1ºT	2013 - 2ºT	2013 - 3ºT	2013 - 4ºT
22 Fornecedores	576	681	110	221
23 Empréstimos Obtidos	6 551	6 402	12 380	14 547
24 Estado e Outros Entes Públicos	30	59	33	0
26 Outros Devedores e Credores	9 400	9 565	7 215	2 219
261 Fornecedores de Imobilizado	9 348	9 494	7 074	2 105
268 Devedores e Credores Diversos	51	70	141	114
(26...) Outras	1	1	0	0
<b>Endividamento Município</b>	<b>16 557</b>	<b>16 708</b>	<b>19 738</b>	<b>16 987</b>
<b>Contribuição do SEL para o Endividamento</b>		<b>4 493</b>		
<b>Endividamento Total</b>	<b>21 050</b>	<b>21 200</b>	<b>24 231</b>	<b>21 480</b>
<b>Média das Receitas Corr. Liq. Cobradas 2012/2011/2010</b>		<b>3 082</b>		
<b>LIMITE ENDIVIDAMENTO</b>		<b>4 622</b>		
<b>DESVIO FACE AO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>16 427</b>	<b>16 578</b>	<b>19 609</b>	<b>16 858</b>

DÍVIDA	2014 - 1ºT	2014 - 2ºT	2014 - 3ºT	2014 - 4ºT
22 Fornecedores	142	102	97	114
23 Empréstimos Obtidos	16 038	15 732	15 603	15 120
24 Estado e Outros Entes Públicos	36	72	0	0
26 Outros Devedores e Credores	129	80	2	4
261 Fornecedores de Imobilizado	1	1	1	0
268 Devedores e Credores Diversos	127	78	0	0
(26...) Outras	1	1	1	4
<b>Endividamento Município</b>	<b>16 345</b>	<b>15 987</b>	<b>15 702</b>	<b>15 238</b>
<b>Contribuição do SEL para o Endividamento</b>		<b>4 503</b>		
<b>Endividamento Total</b>	<b>20 848</b>	<b>20 490</b>	<b>20 205</b>	<b>19 742</b>
<b>Média das Receitas Corr. Liq. Cobradas 2013/2012/2011</b>		<b>3 319</b>		
<b>LIMITE ENDIVIDAMENTO</b>		<b>4 979</b>		
<b>DESVIO FACE AO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>15 868</b>	<b>15 511</b>	<b>15 226</b>	<b>14 763</b>

DÍVIDA	2015 - 1ºT	2015 - 2ºT	2015 - 3ºT	2015 - 4ºT
22 Fornecedores	99	82	88	45
23 Empréstimos Obtidos	15 085	14 699	14 464	13 780
24 Estado e Outros Entes Públicos	18	68	36	0
26 Outros Devedores e Credores	74	65	42	38
261 Fornecedores de Imobilizado	0	0	0	0
268 Devedores e Credores Diversos	69	64	38	35
(26...) Outras	4	1	4	3
<b>Endividamento Município</b>	<b>15 276</b>	<b>14 914</b>	<b>14 630</b>	<b>13 864</b>
<b>Contribuição do SEL para o Endividamento</b>		<b>5 641</b>		
<b>Endividamento Total</b>	<b>20 917</b>	<b>20 555</b>	<b>20 271</b>	<b>19 505</b>
<b>Média das Receitas Corr. Liq. Cobradas 2014/2013/2012</b>		<b>3 767</b>		
<b>LIMITE ENDIVIDAMENTO</b>		<b>5 651</b>		
<b>DESVIO FACE AO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>15 266</b>	<b>14 904</b>	<b>14 620</b>	<b>13 854</b>

## 5. Pressupostos das medidas adotadas e previsões apresentadas

Os pressupostos considerados na elaboração do plano têm em consideração as dimensões sociais, culturais e económicas do Município, com particular relevo para a necessidade de intervenção da autarquia para aliviar as consequências de uma economia local fortemente penalizada pela conjuntura económica adversa, facto que se reflete diretamente na qualidade de vida dos munícipes.

No que respeita a variáveis macroeconómicas, um grande pressuposto assenta na estimativa da taxa de inflação de longo prazo, que se fixa em 2%, taxa máxima de inflação para a zona euro. Abaixo apresentamos o detalhe de pressupostos referentes à despesa e à receita.

No que respeita à despesa, o plano dá continuidade ao esforço de contenção envidado pelo Município nos anos anteriores, determinando a estabilização do montante das despesas com pessoal em 2016 e o seu crescimento subsequente à taxa de inflação considerada de 2%, com exceção da reposição legal de vencimentos. Com respeito aos encargos com a aquisição de bens e serviços, o plano considera o seu crescimento à taxa de inflação considerada de 2%. Esta estratégia tem por objetivo a manutenção da qualidade dos serviços prestados à população, a par de uma significativa poupança anual.

Na rubrica de encargos correntes, os encargos financeiros representam uma parcela relevante dos custos correntes incorridos pelo Município, estimando-se que a presente reestruturação permitirá a amortização do total da dívida consolidada num valor global máximo de aproximadamente 25 milhões de euros (já considerando o empréstimo FAM), até ao final de 2045.

Como anteriormente foi referido, o presente plano tem em consideração a necessidade de intervenção da autarquia sobre uma economia local fortemente penalizada pela conjuntura económica adversa. Neste sentido, o valor de transferências correntes considerado para o ano de 2015 evoluirá à taxa de inflação considerada de 2%.

No que concerne à rubrica de Subsídios, é de destacar a poupança significativa operada com a internalização do SEL, na qual o valor orçamentado na vigência do plano assume natureza residual, com o intuito de fazer face a despesas do SEL até à sua data de internalização, mais especificamente, os montantes considerados são referentes a contrato programa no valor de cento e oitenta mil euros anuais a transferir para a Nordeste Activo até 2016. Após essa data não são consideradas quaisquer atribuições de subsídios na vigência do plano de ajustamento financeiro, havendo no entanto uma compensação por aumento de aquisições de bens e serviços que suprirão os que eram prestados ao abrigo do contrato programa com a Nordeste Activo.

No que concerne à receita, destaca-se a prudência e o conservadorismo das estimativas projetadas para o Município, nas quais é considerada uma evolução à taxa de 2% a partir de 2016, em linha com a inflação, sendo de destacar que não são previstas receitas com IMT a partir de 2017, as quais observam no entanto uma compensação em outras receitas. Exceção relevante a referir é apenas o incremento do IMI em 2015 e 2016 pelo final da cláusula de salvaguarda e do término de algumas isenções.

## 6. Estratégia de consolidação orçamental

A estratégia de consolidação do Plano de Ajustamento Municipal prevê a reestruturação financeira do Município com vista à redução programada da dívida e ao cumprimento do limite de endividamento previsto no Artigo 52º da Lei nº 73/2013. Este objetivo, conforme podemos observar na tabela infra, será atingido através da utilização dos saldos de gerência acumulados e da acumulação de saldos positivos de receita vs. despesa a partir de 2017.

**Tabela 11 - Receita e Despesa (2015-2037)**

	2015	2016	2017	2018	2019
Total Receitas	5 159	5 289	7 381	7 787	7 378
Total Despesas	5 393	5 221	7 376	7 767	7 340
<b>Indicadores</b>					
Saldo de gerência	1 347	1 404	1 409	1 429	1 467
Receita Total - Despesa Total	-234	68	5	20	38
Receita Total / Despesa Total	96%	101%	100%	100%	101%
<hr/>					
	2020	2021	2022	2023	2024
Total Receitas	7 483	5 465	5 574	5 686	5 799
Total Despesas	7 480	5 421	5 534	5 682	5 783
<b>Indicadores</b>					
Saldo de gerência	1 470	1 514	1 553	1 557	1 574
Receita Total - Despesa Total	3	44	40	4	17
Receita Total / Despesa Total	100%	101%	101%	100%	100%
<hr/>					
	2025	2026	2027	2028	2029
Total Receitas	5 915	6 034	6 154	6 277	6 403
Total Despesas	5 877	6 026	6 150	6 272	6 395
<b>Indicadores</b>					
Saldo de gerência	1 612	1 619	1 623	1 629	1 637
Receita Total - Despesa Total	38	7	4	5	8
Receita Total / Despesa Total	101%	100%	100%	100%	100%
<hr/>					
	2030	2031	2032	2033	2034
Total Receitas	6 531	6 662	6 795	6 931	7 069
Total Despesas	6 520	6 646	6 773	6 903	7 044
<b>Indicadores</b>					
Saldo de gerência	1 648	1 664	1 685	1 714	1 739
Receita Total - Despesa Total	11	16	21	28	26
Receita Total / Despesa Total	100%	100%	100%	100%	100%
<hr/>					
	2035	2036	2037		
Total Receitas	7 211	7 355	7 502		
Total Despesas	7 176	7 310	7 461		
<b>Indicadores</b>					
Saldo de gerência	1 774	1 818	1 859		
Receita Total - Despesa Total	34	45	41		
Receita Total / Despesa Total	100%	101%	101%		

(Valores em Milhares de Euro)

A reestruturação financeira será operada através de uma consolidação da dívida por recurso a um empréstimo com a maturidade de 20 anos que permitirá o integral cumprimento da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, e de renegociação de alguns créditos com os credores financeiros.

A estratégia adotada para a correção do défice do Município é extremamente prudente e baseada na maximização possível da receita, sem prejuízo do objetivo social e económico do Município, e a redução da despesa de forma estrutural, sendo de destacar a ausência de medidas extraordinárias/temporárias. As medidas e os resultados esperados da maximização da receita e minimização da despesa são apresentados nas secções seguintes.

O resumo do plano de tesouraria que abaixo apresentamos é referente ao período do planeamento do FAM, sendo demonstrativo da sustentabilidade do processo de correção do Município de Nordeste, o qual gera excedentes sem sacrificar totalmente a capacidade de investimento.

**Tabela 12 - Plano de Tesouraria 2013-2037 (Resumo)**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>78</b>	<b>295</b>	<b>1 613</b>	<b>1 347</b>	<b>1 404</b>	<b>1 409</b>	<b>1 429</b>	<b>1 467</b>
Receitas correntes	3 918	4 437	4 719	4 828	4 638	4 728	4 823	4 919
Receitas capital	11 970	3 837	440	461	2 742	3 059	2 555	2 564
<b>Total Receitas</b>	<b>15 967</b>	<b>8 569</b>	<b>6 773</b>	<b>6 636</b>	<b>8 785</b>	<b>9 196</b>	<b>8 807</b>	<b>8 949</b>
Operações Tesouraria	362	310	283	264	300	300	300	300
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>16 329</b>	<b>8 878</b>	<b>7 055</b>	<b>6 901</b>	<b>9 085</b>	<b>9 496</b>	<b>9 107</b>	<b>9 249</b>
Despesas correntes	3 478	3 609	3 462	3 495	3 388	3 393	3 437	3 482
Despesas capital	9 727	2 371	591	733	2 892	3 263	2 750	2 950
Amortização empréstimos	2 524	947	1 340	992	1 095	1 112	1 153	1 048
<b>Total Despesas</b>	<b>15 729</b>	<b>6 928</b>	<b>5 393</b>	<b>5 221</b>	<b>7 376</b>	<b>7 767</b>	<b>7 340</b>	<b>7 480</b>
Operações Tesouraria	305	337	314	275	300	300	300	300
<b>Total Pagamentos</b>	<b>16 034</b>	<b>7 265</b>	<b>5 708</b>	<b>5 496</b>	<b>7 676</b>	<b>8 067</b>	<b>7 640</b>	<b>7 780</b>
<b>Saldo da Conta Gerência</b>	<b>295</b>	<b>1 613</b>	<b>1 347</b>	<b>1 404</b>	<b>1 409</b>	<b>1 429</b>	<b>1 467</b>	<b>1 470</b>

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Receita Total - Despesa Total	160	1 346	-234	68	5	20	38	3
Receita Total / Despesa Total	101%	119%	96%	101%	100%	100%	101%	100%
Serviço de Dívida / Despesa Total	16%	14%	25%	19%	15%	14%	16%	14%

(Valores em Milhares de Euro)

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>1 470</b>	<b>1 514</b>	<b>1 553</b>	<b>1 557</b>	<b>1 574</b>	<b>1 612</b>	<b>1 619</b>	<b>1 623</b>
Receitas correntes	5 017	5 118	5 220	5 325	5 431	5 540	5 650	5 763
Receitas capital	447	456	465	475	484	494	504	514
<b>Total Receitas</b>	<b>6 934</b>	<b>7 088</b>	<b>7 239</b>	<b>7 356</b>	<b>7 489</b>	<b>7 646</b>	<b>7 774</b>	<b>7 901</b>
Operações Tesouraria	300	300	300	300	300	300	300	300
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>7 234</b>	<b>7 388</b>	<b>7 539</b>	<b>7 656</b>	<b>7 789</b>	<b>7 946</b>	<b>8 074</b>	<b>8 201</b>
Despesas correntes	3 528	3 575	3 624	3 675	3 728	3 782	3 838	3 895
Despesas capital	850	900	1 150	1 200	1 250	1 400	1 500	1 550
Amortização empréstimos	1 043	1 059	908	908	899	844	812	827
<b>Total Despesas</b>	<b>5 421</b>	<b>5 534</b>	<b>5 682</b>	<b>5 783</b>	<b>5 877</b>	<b>6 026</b>	<b>6 150</b>	<b>6 272</b>
Operações Tesouraria	300	300	300	300	300	300	300	300
<b>Total Pagamentos</b>	<b>5 721</b>	<b>5 834</b>	<b>5 982</b>	<b>6 083</b>	<b>6 177</b>	<b>6 326</b>	<b>6 450</b>	<b>6 572</b>
<b>Saldo da Conta Gerência</b>	<b>1 514</b>	<b>1 553</b>	<b>1 557</b>	<b>1 574</b>	<b>1 612</b>	<b>1 619</b>	<b>1 623</b>	<b>1 629</b>

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Receita Total - Despesa Total	44	40	4	17	38	7	4	5
Receita Total / Despesa Total	101%	101%	100%	100%	101%	100%	100%	100%
Serviço de Dívida / Despesa Total	19%	19%	16%	16%	15%	14%	13%	13%

(Valores em Milhares de Euro)

	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>1 629</b>	<b>1 637</b>	<b>1 648</b>	<b>1 664</b>	<b>1 685</b>	<b>1 714</b>	<b>1 739</b>	<b>1 774</b>
Receitas correntes	5 879	5 996	6 116	6 239	6 363	6 491	6 620	6 753
Receitas capital	524	535	545	556	567	579	590	602
<b>Total Receitas</b>	<b>8 032</b>	<b>8 168</b>	<b>8 310</b>	<b>8 459</b>	<b>8 616</b>	<b>8 783</b>	<b>8 950</b>	<b>9 129</b>
Operações Tesouraria	300	300	300	300	300	300	300	300
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>8 332</b>	<b>8 468</b>	<b>8 610</b>	<b>8 759</b>	<b>8 916</b>	<b>9 083</b>	<b>9 250</b>	<b>9 429</b>
Despesas correntes	3 954	4 014	4 075	4 137	4 200	4 265	4 343	4 423
Despesas capital	1 600	1 650	1 700	1 750	1 800	2 550	2 600	2 650
Amortização empréstimos	841	856	871	887	902	229	233	238
<b>Total Despesas</b>	<b>6 395</b>	<b>6 520</b>	<b>6 646</b>	<b>6 773</b>	<b>6 903</b>	<b>7 044</b>	<b>7 176</b>	<b>7 310</b>
Operações Tesouraria	300	300	300	300	300	300	300	300
<b>Total Pagamentos</b>	<b>6 695</b>	<b>6 820</b>	<b>6 946</b>	<b>7 073</b>	<b>7 203</b>	<b>7 344</b>	<b>7 476</b>	<b>7 610</b>
<b>Saldo da Conta Gerência</b>	<b>1 637</b>	<b>1 648</b>	<b>1 664</b>	<b>1 685</b>	<b>1 714</b>	<b>1 739</b>	<b>1 774</b>	<b>1 818</b>

Indicador	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
Receita Total - Despesa Total	8	11	16	21	28	26	34	45
Receita Total / Despesa Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	101%
Serviço de Dívida / Despesa Total	13%	13%	13%	13%	13%	3%	0%	0%

(Valores em Milhares de Euro)

	2037
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>1 818</b>
Receitas correntes	6 888
Receitas capital	614
<b>Total Receitas</b>	<b>9 320</b>
Operações Tesouraria	300
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>9 620</b>
Despesas correntes	4 504
Despesas capital	2 750
Amortização empréstimos	207
<b>Total Despesas</b>	<b>7 461</b>
Operações Tesouraria	300
<b>Total Pagamentos</b>	<b>7 761</b>
<b>Saldo da Conta Gerência</b>	<b>1 859</b>

Indicador	2037
Receita Total - Despesa Total	41
Receita Total / Despesa Total	101%
Serviço de Dívida / Despesa Total	0%

(Valores em Milhares de Euro)

Particularizando, apresenta-se de seguida o detalhe do plano de tesouraria trimestral para os primeiros três anos do Programa. É de destacar que as previsões apresentadas foram construídas tendo por base a sazonalidade e as expectativas do Município quanto à arrecadação de receita e à realização de investimento e despesa.

As medidas previstas de maximização da receita e minimização da despesa apresentadas nas secções seguintes estão já previstas no planeamento apresentado nesta secção.

Tabela 13 – Plano de tesouraria trimestral (2016-2018)

	2016 - 1ºT	2016 - 2ºT	2016 - 3ºT	2016 - 4ºT	2016
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>1 347</b>	<b>1 814</b>	<b>1 604</b>	<b>1 814</b>	<b>1 347</b>
Receitas correntes	1 029	1 320	1 180	1 299	4 828
Receitas capital (Transferências FEF)	102	105	103	103	413
Receitas capital ("Empréstimo FAM")	0	0	0	0	0
Receitas QREN/A2020	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	47	0	0	0	47
<b>Total Receitas</b>	<b>2 525</b>	<b>3 239</b>	<b>2 887</b>	<b>3 216</b>	<b>6 635</b>
Operações Tesouraria	66	66	66	66	264
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>2 591</b>	<b>3 305</b>	<b>2 953</b>	<b>3 282</b>	<b>6 899</b>
Despesas correntes	638	1 029	719	1 109	3 495
Despesas Capital A2020	0	0	0	0	0
Despesas Capital	10	266	192	265	733
Amortização Empréstimos	61	337	159	435	992
Amortização "Empréstimo FAM"	0	0	0	0	0
<b>Total Despesas</b>	<b>709</b>	<b>1 632</b>	<b>1 070</b>	<b>1 809</b>	<b>5 219</b>
Operações Tesouraria	69	69	69	69	275
<b>Total Pagamentos</b>	<b>778</b>	<b>1 701</b>	<b>1 139</b>	<b>1 878</b>	<b>5 494</b>
<b>SALDO DA CONTA DE GERÊNCIA</b>	<b>1 814</b>	<b>1 604</b>	<b>1 814</b>	<b>1 404</b>	<b>1 404</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Indicador	2016 - 1ºT	2016 - 2ºT	2016 - 3ºT	2016 - 4ºT	2016
Receita Total - Despesa Total	469	-207	213	-407	68
Receita Total / Despesa Total	166%	87%	120%	78%	101%
Serviço de Dívida / Despesa Total	9%	21%	15%	24%	19%
Juros	29	160	124	330	643
Amortização de Capital	61	337	159	435	992
Serviço de Dívida	90	497	283	765	1 635
Despesas não financeiras	648	1 295	911	1 374	4 228
Receitas	1 178	1 425	1 283	1 402	5 288
Saldo Primário	530	130	372	28	1 060
SP/SD	589%	26%	131%	4%	65%

	2017 - 1ºT	2017 - 2ºT	2017 - 3ºT	2017 - 4ºT	2017
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>1 404</b>	<b>2 260</b>	<b>1 801</b>	<b>1 953</b>	<b>1 404</b>
Receitas correntes	1 040	1 309	1 136	1 154	4 639
Receitas capital (Transferências FEF)	103	103	103	103	413
Receitas capital ("Empréstimo FAM")	0	256	256	256	769
Receitas QREN/A2020	390	390	390	390	1 560
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
<b>Total Receitas</b>	<b>2 938</b>	<b>4 318</b>	<b>3 687</b>	<b>3 856</b>	<b>8 786</b>
Operações Tesouraria	75	75	75	75	300
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>3 013</b>	<b>4 393</b>	<b>3 762</b>	<b>3 931</b>	<b>9 086</b>
Despesas correntes	586	1 065	763	1 013	3 427
Despesas Capital A2020	0	937	468	468	1 873
Despesas Capital	29	132	339	481	980
Amortização Empréstimos	63	384	164	485	1 096
Amortização "Empréstimo FAM"	0	0	0	0	0
<b>Total Despesas</b>	<b>678</b>	<b>2 517</b>	<b>1 734</b>	<b>2 447</b>	<b>7 376</b>
Operações Tesouraria	75	75	75	75	300
<b>Total Pagamentos</b>	<b>753</b>	<b>2 592</b>	<b>1 809</b>	<b>2 522</b>	<b>7 676</b>
<b>SALDO DA CONTA DE GERÊNCIA</b>	<b>2 260</b>	<b>1 801</b>	<b>1 953</b>	<b>1 409</b>	<b>1 409</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Indicador	2017 - 1ºT	2017 - 2ºT	2017 - 3ºT	2017 - 4ºT	2017
Receita Total - Despesa Total	855	-458	152	-543	5
Receita Total / Despesa Total	226%	82%	109%	78%	100%
Serviço de Dívida / Despesa Total	9%	15%	9%	20%	15%
Juros	28	154	120	317	619
Amortização de Capital	63	384	164	485	1 096
Serviço de Dívida	91	538	284	802	1 715
Despesas não financeiras	615	2 133	1 570	1 962	6 280
Receitas	1 533	2 059	1 886	1 904	7 381
Saldo Primário	918	-74	316	-58	1 101
SP/SD	1010%	-14%	111%	-7%	64%

	2018 - 1ºT	2018 - 2ºT	2018 - 3ºT	2018 - 4ºT	2018
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>1 409</b>	<b>2 433</b>	<b>1 938</b>	<b>2 029</b>	<b>1 409</b>
Receitas correntes	1 067	1 337	1 142	1 182	4 728
Receitas capital (Transferências FEF)	105	105	105	105	422
Receitas capital ("Empréstimo FAM")	256	256	0	0	513
Receitas QREN/A2020	531	531	531	531	2 125
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0
<b>Total Receitas</b>	<b>3 369</b>	<b>4 663</b>	<b>3 717</b>	<b>3 848</b>	<b>9 197</b>
Operações Tesouraria	75	75	75	75	300
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>3 444</b>	<b>4 738</b>	<b>3 792</b>	<b>3 923</b>	<b>9 497</b>
Despesas correntes	583	1 036	763	1 010	3 392
Despesas Capital A2020	227	1 237	696	853	3 014
Despesas Capital	63	63	63	63	250
Amortização Empréstimos	64	389	166	492	1 112
Amortização "Empréstimo FAM"	0	0	0	0	0
<b>Total Despesas</b>	<b>936</b>	<b>2 725</b>	<b>1 688</b>	<b>2 418</b>	<b>7 767</b>
Operações Tesouraria	75	75	75	75	12 142
<b>Total Pagamentos</b>	<b>1 011</b>	<b>2 800</b>	<b>1 763</b>	<b>2 493</b>	<b>8 067</b>
<b>SALDO DA CONTA DE GERÊNCIA</b>	<b>2 433</b>	<b>1 938</b>	<b>2 029</b>	<b>1 430</b>	<b>1 430</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Indicador	2018 - 1ºT	2018 - 2ºT	2018 - 3ºT	2018 - 4ºT	2018
Receita Total - Despesa Total	1 024	-495	91	-599	20
Receita Total / Despesa Total	209%	82%	105%	75%	100%
Serviço de Dívida / Despesa Total	7%	14%	10%	20%	14%
Juros	20	120	51	152	343
Amortização de Capital	64	389	166	492	1 112
Serviço de Dívida	83	510	218	644	1 455
Despesas não financeiras	872	2 336	1 522	1 926	6 656
Receitas	1 960	2 230	1 779	1 819	7 787
Saldo Primário	1 088	-106	257	-107	1 132
SP/SD	1307%	-21%	118%	-17%	78%

Sublinhe-se novamente que devido a horizontes temporais muito alargados das medidas de reequilíbrio orçamental e de reestruturação financeira, as quais se estendem para além do mandato dos presentes órgãos autárquicos, apesar do cuidado, rigor e prudência tidos em conta na sua elaboração, estes elementos devem ser encarados como indicadores e orientadores da linha económico-financeira a seguir pelo Município, podendo ser demonstrada no futuro a necessidade de ajustamentos pelos órgãos competentes, no caso de a conjuntura assim o exigir.

## **6.1. Medidas de reequilíbrio orçamental**

No presente capítulo é descrito o âmbito e a extensão das medidas de reequilíbrio financeiro que compõem o ajustamento previsto no Plano. Assim, nos pontos seguintes passam a apresentar-se as linhas orientadoras para a maximização da receita, redução da despesa e investimento.

### **6.1.1. Medidas de maximização da receita**

As medidas de reequilíbrio orçamental incidem primordialmente sobre a contenção da despesa já que presentemente não é possível proceder à implementação de novas medidas geradoras de receita sob pena de onerar de forma insustentável os encargos dos munícipes. Note-se mesmo que a quase totalidade da receita está fora da esfera de intervenção do Município, sendo constituída por Transferências de Estado ou por impostos cujas taxas se encontram já definidas no máximo ou dependentes da atividade económica. Assim, medidas adicionais de maximização da receita não são passíveis de serem exigidas ao Município de Nordeste.

Com o intuito de potenciar as medidas já implementadas, o Município continuará a envidar esforços de melhoria de eficiência ao nível do regulamento de taxas municipais, bem como dos mecanismos de cobrança e fiscalização. É assim de destacar que o Município de Nordeste prevê o impacto destas medidas com extrema prudência e conservadorismo, prevendo o crescimento das suas receitas a uma taxa de 2%, ritmo em linha com a taxa de inflação máxima estimada para a zona Euro. Apesar da prudência das medidas previstas no plano, existem algumas exceções cujo impacto merece destaque, Primeiro, convém sublinhar o ligeiro decréscimo previsto para o IMI em 2016 e 2017, resultado da redução obrigatória de taxa e compensado no entanto por reavaliações, por via da cessação da cláusula

de salvaguarda e do término de algumas das isenções em vigor pela positiva, mas com influência negativa pelas alterações de zonamento e apenas o seu aumento subsequente à inflação, prevendo-se assim a estabilização deste tipo de receita até ao fim do período de vigência do PAM, após o aumento verificado em 2015. Segundo, convém destacar que o montante previsto na rubrica de transferências correntes reflete unicamente os montantes de FEF e Imposto sobre os Rendimentos de pessoas singulares (IRS) definidos no Mapa XIX do Orçamento de Estado e refletido no Orçamento Municipal, bem como com os montantes esperados de receita provenientes da Administração Regional da Região Autónoma dos Açores e da participação comunitária em projetos cofinanciados. Por último destaca-se ainda que os montantes previstos nas rubricas de capital se encontram de acordo com os montantes de FEF definidos no Mapa XIX do Orçamento de Estado para 2016, com o montante do empréstimo FAM definido no plano e com o investimento definido pelo Município no âmbito do atual quadro comunitário.

Tabela 14 – Evolução da receita (2013-2037)

Caracterização	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IMI	235	416	510	495	473	482	492	502
Variação %	128,2%	77,2%	22,5%	-2,9%	-4,5%	2,0%	2,0%	2,0%
IUC	69	56	56	58	57	58	59	61
Variação %	42,7%	-18,4%	-1,0%	3,6%	-1,3%	2,0%	2,0%	2,0%
IMT	76	77	84	80	82	0	0	0
Variação %	32,2%	1,6%	9,1%	-5,4%	2,3%			
DERRAMA	13	5	5	8	5	5	5	6
Variação %	176,3%	-63,0%	1,0%	59,7%	-32,8%	2,0%	2,0%	2,0%
Impostos indirectos	4	2	3	2	2	2	2	3
Variação %	80,1%	-53,9%	47,2%	-18,7%	9,8%	2,0%	2,0%	2,0%
Taxas	19	16	14	23	18	19	19	19
Variação %	-53,8%	-17,1%	-14,2%	67,0%	-20,8%	2,0%	2,0%	2,0%
Rendimentos de propriedade	0	9	36	15	26	27	27	28
Variação %	6,5%	14174,5%	307,6%	-58,8%	78,1%	2,0%	2,0%	2,0%
Transferências correntes	3 470	3 826	3 978	3 986	3 929	4 008	4 088	4 170
Variação %	29,8%	10,2%	4,0%	0,2%	-1,4%	2,0%	2,0%	2,0%
Vendas	31	29	32	42	43	44	45	46
Variação %	141,4%	-8,3%	11,5%	32,0%	3,4%	2,0%	2,0%	2,0%
Outras receitas correntes	0	1	2	120	3	83	84	86
Variação %	-83,4%	556,6%	65,6%	5406,1%	-97,9%	3202,0%	2,0%	2,0%
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>3 918</b>	<b>4 437</b>	<b>4 719</b>	<b>4 828</b>	<b>4 638</b>	<b>4 728</b>	<b>4 823</b>	<b>4 919</b>
<b>Variação %</b>	<b>33,0%</b>	<b>13,2%</b>	<b>6,4%</b>	<b>2,3%</b>	<b>-3,9%</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>
Transferências de Capital	803	390	408	413	413	422	430	439
Variação %	-50,0%	-51,4%	4,7%	1,2%	0,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Receitas de capital (Passivos Financeiros)	10 490	1 521	0	0	769	513	0	0
Variação %		-85,5%	-100,0%		#DIV/0!	-33,3%	-100,0%	
Receitas de capital (Projetos Cofinanciados)	662	1 925	32	0	1 560	2 125	2 125	2 125
Variação %	-40,5%	190,7%	-98,3%		#DIV/0!	36,2%	0,0%	0,0%
Outras receitas de capital	15	1	0	48	0	0	0	0
Variação %	2673,7%	-92,9%	-100,0%		#DIV/0!	-100,0%	0,0%	-
<b>Total Receitas Capital</b>	<b>11 970</b>	<b>3 837</b>	<b>440</b>	<b>461</b>	<b>2 742</b>	<b>3 059</b>	<b>2 555</b>	<b>2 564</b>
<b>Variação %</b>	<b>340,2%</b>	<b>-67,9%</b>	<b>-88,5%</b>	<b>4,7%</b>	<b>495,0%</b>	<b>11,6%</b>	<b>-16,5%</b>	<b>0,3%</b>
<b>Total Receita</b>	<b>15 889</b>	<b>8 274</b>	<b>5 159</b>	<b>5 289</b>	<b>7 381</b>	<b>7 787</b>	<b>7 378</b>	<b>7 483</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Caracterização	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
IMI	512	522	532	543	554	565	576	588
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
IUC	62	63	64	66	67	68	70	71
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
IMT	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %								
DERRAMA	6	6	6	6	6	6	6	7
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Impostos indirectos	3	3	3	3	3	3	3	3
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Taxas	20	20	21	21	21	22	22	23
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Rendimentos de propriedade	28	29	29	30	31	31	32	32
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Transferências correntes	4 253	4 338	4 425	4 513	4 604	4 696	4 790	4 885
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Vendas	47	48	49	50	51	52	53	54
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Outras receitas correntes	88	89	91	93	95	97	99	101
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>5 017</b>	<b>5 118</b>	<b>5 220</b>	<b>5 325</b>	<b>5 431</b>	<b>5 540</b>	<b>5 650</b>	<b>5 763</b>
<b>Variação %</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>	<b>2,0%</b>
Transferências de Capital	447	456	465	475	484	494	504	514
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Receitas de capital (Passivos Financeiros)	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital (Projetos Cofinanciados)	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %	-100,0%	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Receitas Capital</b>	<b>447</b>	<b>456</b>	<b>465</b>	<b>475</b>	<b>484</b>	<b>494</b>	<b>504</b>	<b>514</b>
<b>Variação %</b>	<b>-82,5%</b>	<b>2,0%</b>						
<b>Total Receita</b>	<b>5 465</b>	<b>5 574</b>	<b>5 686</b>	<b>5 799</b>	<b>5 915</b>	<b>6 034</b>	<b>6 154</b>	<b>6 277</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Caracterização	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
IMI	599	611	624	636	649	662	675	689
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
IUC	73	74	75	77	79	80	82	83
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
IMT	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %								
DERRAMA	7	7	7	7	7	7	7	8
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Impostos indirectos	3	3	3	3	3	3	3	3
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Taxas	23	24	24	25	25	26	26	27
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Rendimentos de propriedade	33	34	34	35	36	37	37	38
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Transferências correntes	4 983	5 083	5 184	5 288	5 394	5 502	5 612	5 724
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Vendas	55	56	57	59	60	61	62	63
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Outras receitas correntes	103	105	107	109	111	113	116	118
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>5 879</b>	<b>5 996</b>	<b>6 116</b>	<b>6 239</b>	<b>6 363</b>	<b>6 491</b>	<b>6 620</b>	<b>6 753</b>
<b>Variação %</b>	<b>2,0%</b>							
Transferências de Capital	524	535	545	556	567	579	590	602
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Receitas de capital (Passivos Financeiros)	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital (Projetos Cofinanciados)	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Receitas Capital</b>	<b>524</b>	<b>535</b>	<b>545</b>	<b>556</b>	<b>567</b>	<b>579</b>	<b>590</b>	<b>602</b>
<b>Variação %</b>	<b>2,0%</b>							
<b>Total Receita</b>	<b>6 403</b>	<b>6 531</b>	<b>6 662</b>	<b>6 795</b>	<b>6 931</b>	<b>7 069</b>	<b>7 211</b>	<b>7 355</b>

(Valores em Milhares de Euro)

<b>Caracterização</b>	<b>2037</b>
IMI	702
Variação %	2,0%
IUC	85
Variação %	2,0%
IMT	0
Variação %	
DERRAMA	8
Variação %	2,0%
Impostos indirectos	4
Variação %	2,0%
Taxas	27
Variação %	2,0%
Rendimentos de propriedade	39
Variação %	2,0%
Transferências correntes	5 839
Variação %	2,0%
Vendas	65
Variação %	2,0%
Outras receitas correntes	120
Variação %	2,0%
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>6 888</b>
<b>Variação %</b>	<b>2,0%</b>
Transferências de Capital	614
Variação %	2,0%
Receitas de capital (Passivos Financeiros)	0
Variação %	-
Receitas de capital (Projetos Cofinanciados)	0
Variação %	-
Outras receitas de capital	0
Variação %	-
<b>Total Receitas Capital</b>	<b>614</b>
<b>Variação %</b>	<b>2,0%</b>
<b>Total Receita</b>	<b>7 502</b>

(Valores em Milhares de Euro)

## **6.1.2. Medidas de contenção da despesa**

Nesta subsecção apresentamos as medidas de contenção da despesa, muitas das quais estão já em implementação eficiente no Município, facto principal da capacidade de redução de dívida que o Município tem evidenciado.

### **6.1.2.1 Pessoal**

As despesas com Pessoal representam a parcela mais significativa das despesas correntes do Município, sendo também aquelas nas quais a intervenção municipal no que respeita a redução de custos é mais limitada, pelo forte cariz de intervenção social do Município no seu papel como maior empregador do concelho, em especial num clima de recessão económica como o vivido na região. Apesar deste importante papel, o Município tem vindo a proceder à implementação de reformas na área dos recursos humanos, medidas que proporcionaram uma significativa poupança nas despesas com pessoal, sem sacrifício da eficiência dos serviços prestados à população. Em 2016, o quadro de pessoal compunha-se como de seguida se apresenta.

Tabela 15 - Quadro de pessoal 2016 (Postos de Trabalho Ocupados)<sup>1</sup>

<b>Descrição do cargo</b>	<b>Postos de Trabalho</b>
Chefe de divisão	1
Técnico superior	4
Técnico de informática	0
Especialista de informática	0
Coordenador técnico	5
Assistente técnico	19
Encarregado geral operacional	0
Encarregado operacional	2
Assistente operacional	42
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>

Ao nível de gastos com o pessoal, em 2016 os esforços do Município proporcionaram uma poupança de aproximadamente 4626 mil euros face a 2010, uma redução de 26%. Em termos comparativos, no exercício de 2016, quando comparado com 2014 a poupança com despesas com pessoal foi de 10%, isto apesar dos aumentos de contribuições verificados. As remunerações certas e permanentes reduziram-se aproximadamente 15% desde 2012.

Tabela 16 – Remunerações certas e permanentes (2012-2016)

	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Remunerações certas e permanentes	1 187 948	1 192 161	1 130 768	1 025 993	1 008 363

<sup>1</sup> Nesta tabela não foram incluídos um Encarregado Operacional e cinco Assistentes Operacionais, por se encontrarem cedidos a Empresa Municipal

No que concerne às medidas a adotar, o Município irá manter o seu esforço contínuo para a melhoria da gestão, reorganização e afetação dos recursos existentes. A continuidade das medidas implementadas no passado permitirá, não só uma redução da despesa, mas essencialmente uma saudável melhoria ao nível da eficiência e eficácia dos recursos humanos do Município.

Paralelamente, manter-se-á a aplicação da regra de não contratação de quaisquer funcionários, e beneficiando de situações de aposentação ou desvinculação, situações que se manifestarão substancialmente na despesa no longo prazo. O efeito estimado das medidas de contenção é de forma prudente um aumento ligeiro de despesa em 2017 pela reposição de salários na função pública, crescendo subsequentemente ao ritmo da inflação (2%).

Tabela 17 – Despesas com pessoal (2014-2018)

Descrição	Ano					Variação 2014-2018	
	2014	2015	2016	2017	2018	%	Absoluta
<b>Remunerações</b>							
Titulares de órgãos de soberania	84	85	88	79	80	-4%	-3
Quadros - Contrato Indiv. Trabalho	772	692	678	726	740	-4%	-32
Pessoal contratado a termo	0	0		0	0	N/A	0
Pessoal em reg. tarefa ou avença	0	0		0	0	N/A	0
Pessoal aguardando aposentação	0	0		0	0	N/A	0
Pessoal - Outras situações	23	17	14	22	22	-4%	-1
Subsídio de férias e natal	151	136	135	142	145	-4%	-6
Subsídio de refeição	75	74	69	70	72	-4%	-3
	<b>1 105</b>	<b>1 003</b>	<b>984</b>	<b>1 039</b>	<b>1 060</b>	<b>-4%</b>	<b>-45</b>
Postos de trabalho	79	77	73	79	81		
<b>Outras remunerações</b>							
Despesas de representação	26	23	23	24	25	-4%	-1
Suplementos e prémios	12	13	11	11	11	-4%	0
Ajudas de custo	7	6	10	6	6	-4%	0
Doença e maternidade	0	0		0	0	-4%	0
Horas extraordinárias	0	0		0	0	N/A	0
Indemnização por cessação funções	0	0		0	0	N/A	0
Abonos para falhas	1	1	1	1	1	-4%	0
Outros	0	48	39	0	0	N/A	0
	<b>45</b>	<b>91</b>	<b>85</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>-4%</b>	<b>-2</b>
<b>Encargos</b>							
Segurança social	356	298	282	335	341	-4%	-15
<b>TOTAL</b>	<b>1 506</b>	<b>1 392</b>	<b>1 351</b>	<b>1 416</b>	<b>1 444</b>	<b>-4%</b>	<b>-62</b>

(valores em milhares de Euro)

O montante global de despesas com pessoal estimado será assim abaixo de 1.5 milhões de euros até 2020, o qual é integralmente consentâneo com o quadro de pessoal municipal no final de 2016.

Adicionalmente, convém referir que devido ao importante papel desempenhado pela Autarquia nos níveis de empregabilidade do concelho, a proposta de manutenção dos postos de trabalho existentes é extremamente prudente e conservadora, de forma a garantir que o ajustamento do Município não terá um impacto social negativo sobre a população.

A manutenção de políticas de inclusão social no Município, permite diretamente aumento de receitas para o Município, pois com isso o poder de compra dos Nordestenses aumenta, permitindo consumos na economia local e conseqüente valorização desta.

### 6.1.2.2 Aquisição de bens e serviços

A aquisição de bens e serviços representa a segunda rubrica mais significativa da despesa corrente do Município pelo que se impõe a contenção dos níveis de despesa devido às elevadas restrições financeiras que o Município observa.

Deverá assim o Município manter a política de imposição de uma despesa mínima em cada rubrica, com o propósito único de assegurar a manutenção da qualidade dos serviços prestados pelo Município, e de manutenção e conservação suficientes para o evitar da degradação do património autárquico. Continuarão a desenvolver-se ações de centralização das compras do Município, de redução das despesas com energia, comunicações e seguros, e a renegociação dos contratos de prestação de serviços ao Município, entre outras.

As medidas a implementar e a sensibilização de todo o organismo municipal para a necessidade de poupança levam-nos a considerar a evolução desta rubrica à taxa de inflação nos exercícios seguintes (2%). Exceção é o ano de 2017, em que cessa o contrato programa com a empresa Nordeste Activo, havendo necessidade de contratação de serviços na área dos resíduos sólidos urbanos, que se estimam num valor de aproximadamente 130.000€.

Esta evolução das Aquisições de Bens e Serviços estimada pode ser observada na Tabela 18.

**Tabela 18 - Evolução da despesa em aquisição de bens e serviços (2013-2018)**

Descrição	Ano						Variação 2013 - 2018		
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Absoluta	%
Aquisição de bens e serviços	483	928	788	788	889	1 052	1 073	145	16%

(valores em milhares de Euro)

### 6.1.2.3 Encargos correntes

Os encargos financeiros representam uma parcela relevante dos custos correntes incorridos pelo Município de Nordeste. No exercício de 2017, em consequência da reestruturação financeira realizada estima-se que a rubrica de encargos financeiros observe um total pago de aproximadamente quatrocentos mil Euros, respeitantes fundamentalmente aos juros pagos decorrentes de empréstimos, conforme cronograma resumo abaixo apresentado. Esta reestruturação permitirá ao Município diminuir a sua dívida em aproximadamente 4 milhões de euros nos primeiros cinco anos do PAM.

**Tabela 19 – Plano de amortização da dívida financeira (2017-2045)**

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Juro	360	343	326	308	290	273	255	239	223	207
Amortização de Capital	1 095	1 112	1 153	1 048	1 043	1 059	908	908	899	844
Renda	1 466	1 502	1 525	1 366	1 344	1 343	1 174	1 158	1 133	1 063
Capital em Dívida 31-12	17 905	16 794	15 641	14 594	13 551	12 491	11 583	10 675	9 776	8 932

Ano	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
Juro	192	176	161	144	128	111	94	77	70	65
Amortização de Capital	812	827	841	856	871	887	902	229	233	238
Renda	1 015	1 014	1 013	1 012	1 010	1 009	1 008	317	243	243
Capital em Dívida 31-12	8 120	7 293	6 452	5 596	4 724	3 838	2 935	2 706	2 473	2 200

Ano	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Juro	61	56	51	46	41	36	30	25	19
Amortização de Capital	207	176	181	186	191	196	201	207	693
Renda	243	243	243	243	243	243	243	243	243
Capital em Dívida 31-12	2 029	1 853	1 673	1 487	1 297	1 101	900	693	0

(Valores em milhares de euros)

O Município de Nordeste não tem qualquer intenção de contratação de novos empréstimos financeiros para além dos empréstimos previstos neste PAM, até à reposição da capacidade de endividamento do Município, pelo integral cumprimento do limite de endividamento.

Os pressupostos de cálculo dos encargos com juros respeitam à consideração de uma taxa de juro média de 1,75% para o empréstimo FAM que consolida dívidas de curto prazo do SEL, a dívida de longo prazo do reequilíbrio financeiro (que tinha uma taxa de juro de 6%) e ainda o empréstimo ao abrigo do PAEL (que tinha uma taxa de juro de 3.25%). O valor de juros estimados pressupõe assim o pagamento dos empréstimos na sua maturidade pré-definida, um período de carência de reembolso de capital até final de 2018 no empréstimo FAM relativo a créditos de curto prazo (internalização do SEL), prestações constantes de capital, e sem qualquer diferimento de utilização. Todos os empréstimos serão amortizados com prestações mensais constantes de juros e capital.

Os planos financeiros do empréstimo ao abrigo do FAM e dos empréstimos pré-existentes podem ser observados nos formulários de adesão ao FAM, em anexo.

Serão ainda mantidos em prática no Município procedimentos rigorosos de acordo dos prazos de pagamento dos novos fornecimentos a efetuar ao Município, que continuem a refletir de forma real as capacidades de pagamento do Município, evitando mora e os encargos associados a esta, conforme ocorreu nos últimos exercícios, e que sobrecarregaram a tesouraria do Município. Estes fornecimentos não deverão no entanto observar prazos de pagamento superiores a 60 dias, prazo alvo máximo de pagamento no Município de Nordeste para a vigência do Plano.

#### **6.1.2.4 Transferências correntes e Subsídios**

Com vista a apenas fazer face a despesas indispensáveis e relativas a Protocolos e Transferências de competências, fonte fundamental para o desenvolvimento e dinamização económico-social, o presente plano prevê que se mantenha a aplicação de critérios objetivos para a concessão de apoios. No âmbito do PAM estima-se eliminação da prática de concessão de subsídios a partir de 2017, os quais eram relativos a contrato programa com a empresa municipal Nordeste Activo e cuja verba se estima transferir para aquisições de bens e serviços. Com respeito às transferências correntes, o valor orçamentado para 2017 é de aproximadamente 550 mil euros, ano após o qual se seguirá o seu crescimento a uma taxa em linha com a inflação.

#### **6.1.2.5 Outras Despesas correntes**

As outras despesas correntes representam uma despesa marginal para o Município, sendo no entanto também alvo de controlo e contenção, estimando-se um valor inferior a 4 mil euros em 2017, seguindo-se o seu crescimento a uma taxa em linha com a inflação nos anos seguintes.

## 6.1.2.6 Evolução da despesa corrente

A tabela abaixo sumariza o impacto proporcionado pelas medidas de contenção da despesa consideradas no período de vigência do PAM apresentadas nos pontos anteriores.

Tabela 20 - Evolução da despesa corrente (2013 – 2037)

Caracterização	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
01 Pessoal	1 541	1 506	1 392	1 351	1 416	1 444	1 473	1 503
Variação %	1,7%	-2,3%	-7,6%	-2,9%	4,8%	2,0%	2,0%	2,0%
02 Aquisição bens e serviços	928	788	788	889	1 052	1 073	1 094	1 116
Variação %	91,9%	-15,1%	0,0%	12,9%	18,2%	2,0%	2,0%	2,0%
03 Encargos correntes	476	631	595	516	398	343	327	309
Variação %	171,4%	32,5%	-5,7%	-13,3%	-22,7%	-13,8%	-4,9%	-5,4%
04 Transferencias correntes	157	390	484	550	519	529	540	550
Variação %	2,2%	148,8%	24,1%	13,6%	-5,6%	2,0%	2,0%	2,0%
05 Subsídios	373	286	178	183	0	0	0	0
Variação %	26,4%	-23,4%	-37,7%	2,5%				
06 Outras despesas correntes	4	10	26	7	4	4	4	4
Variação %	-52,6%	145,9%	167,3%	-74,0%	-43,1%	2,0%	2,0%	2,0%
<b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b>	<b>3 478</b>	<b>3 609</b>	<b>3 462</b>	<b>3 495</b>	<b>3 388</b>	<b>3 393</b>	<b>3 437</b>	<b>3 482</b>
<b>Variação %</b>	<b>32,2%</b>	<b>3,8%</b>	<b>-4,1%</b>	<b>1,0%</b>	<b>-3,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,3%</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Caracterização	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
01 Pessoal	1 533	1 563	1 595	1 626	1 659	1 692	1 726	1 761
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
02 Aquisição bens e serviços	1 138	1 161	1 184	1 208	1 232	1 257	1 282	1 307
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
03 Encargos correntes	291	274	256	241	225	209	193	178
Variação %	-5,7%	-6,0%	-6,5%	-6,2%	-6,6%	-7,1%	-7,4%	-8,0%
04 Transferencias correntes	561	573	584	596	608	620	632	645
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
05 Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %								
06 Outras despesas correntes	4	4	4	4	4	5	5	5
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
<b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b>	<b>3 528</b>	<b>3 575</b>	<b>3 624</b>	<b>3 675</b>	<b>3 728</b>	<b>3 782</b>	<b>3 838</b>	<b>3 895</b>
<b>Variação %</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,5%</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Caracterização	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
01 Pessoal	1 796	1 832	1 868	1 906	1 944	1 983	2 022	2 063
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
02 Aquisição bens e serviços	1 334	1 360	1 387	1 415	1 443	1 472	1 502	1 532
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
03 Encargos correntes	162	146	129	113	96	78	73	67
Variação %	-8,9%	-10,0%	-11,3%	-12,9%	-15,1%	-18,1%	-7,1%	-7,8%
04 Transferencias correntes	658	671	684	698	712	726	741	756
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
05 Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação %								
06 Outras despesas correntes	5	5	5	5	5	5	5	6
Variação %	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
<b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b>	<b>3 954</b>	<b>4 014</b>	<b>4 075</b>	<b>4 137</b>	<b>4 200</b>	<b>4 265</b>	<b>4 343</b>	<b>4 423</b>
<b>Variação %</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,8%</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Caracterização	2037
01 Pessoal	2 104
Variação %	2,0%
02 Aquisição bens e serviços	1 562
Variação %	2,0%
03 Encargos correntes	61
Variação %	-8,7%
04 Transferencias correntes	771
Variação %	2,0%
05 Subsídios	0
Variação %	
06 Outras despesas correntes	6
Variação %	2,0%
<b>TOTAL DESPESA CORRENTE</b>	<b>4 504</b>
<b>Variação %</b>	<b>1,8%</b>

(Valores em Milhares de Euro)

### 6.1.3. Investimento

O Município de Nordeste tem observado no passado recente restrições aos seus níveis de investimento. Esta situação advém de uma conjuntura económica adversa, que apesar de apresentar sinais de recuperação, ainda penaliza bastante a capacidade de realização de despesas de capital destinadas a aumentar os níveis de bem-estar da população de Nordeste.

Assim, como já anteriormente foi referido, a gestão do Município confronta-se com uma difícil escolha: abdicar da realização de despesa ou encontrar soluções alternativas para financiar investimentos de carácter estrutural e sociocultural cruciais para o bem-estar da sociedade local, nomeadamente investimentos de reconstrução e reposição das infraestruturas destruídas em Setembro de 2015 pelas intempéries, e atualizar a realidade socioeconómica do concelho. Neste contexto, a consolidação da dívida para o médio e longo prazo prevista no PAM permitirá libertar recursos cruciais para o desenvolvimento da região, nomeadamente para a execução de investimentos estruturantes no âmbito do “Açores 2020”. A tabela que abaixo se apresenta demonstra a capacidade de investimento do Município ao longo da vigência do PAM.

**Tabela 21 - Evolução da despesa de capital**

Caracterização	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Despesas de Capital</b>								
Investimento A2020/Proconvergência				0	1 873	2 500	2 500	2 500
Despesas de Capital	9 727	2 371	591	733	250	250	250	450
Despesas de Capital - Intempérie			0	0	0			
Despesas de Capital - Internalização				0	769	513	0	
Passivos Financeiros	2 524	947	1 340	992	1 095	1 112	1 153	1 048
<b>Total de Despesas de Capital</b>	<b>12 251</b>	<b>3 319</b>	<b>1 932</b>	<b>1 726</b>	<b>3 987</b>	<b>4 374</b>	<b>3 903</b>	<b>3 998</b>
<b>Fontes de Financiamento</b>								
Receitas de Capital - Transferências	818	391	408	461	413	422	430	439
Receitas Capital - A2020/Proconvergência	662	1 925	32	0	1 560	2 125	2 125	2 125
Receitas de Capital - Passivos financeiros	10 490	1 521		0	769	513	0	
Receitas Correntes	281		1 491	1 265	1 245	1 315	1 348	1 434
<b>Total Fontes de Financiamento</b>	<b>12 251</b>	<b>3 837</b>	<b>1 932</b>	<b>1 726</b>	<b>3 987</b>	<b>4 374</b>	<b>3 903</b>	<b>3 998</b>
								(Valores em Milhares de Euro)
Receita Corrente	3 918	4 437	4 719	4 828	4 638	4 728	4 823	4 919
Despesa Corrente	3 478	3 609	3 462	3 495	3 388	3 393	3 437	3 482
<b>Saldo</b>	<b>440</b>	<b>828</b>	<b>1 257</b>	<b>1 333</b>	<b>1 250</b>	<b>1 335</b>	<b>1 385</b>	<b>1 437</b>
								(Valores em Milhares de Euro)

Caracterização	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
<b>Despesas de Capital</b>								
Investimento A2020/Proconvergência	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Capital	850	900	1150	1200	1250	1400	1500	1550
Passivos Financeiros	1 043	1 059	908	908	899	844	812	827
<b>Total de Despesas de Capital</b>	<b>1 893</b>	<b>1 959</b>	<b>2 058</b>	<b>2 108</b>	<b>2 149</b>	<b>2 244</b>	<b>2 312</b>	<b>2 377</b>

<b>Fontes de Financiamento</b>								
Receitas de Capital	447	456	465	475	484	494	504	514
Receitas A2020/Proconvergência	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas Correntes	1 446	1 503	1 593	1 633	1 665	1 750	1 809	1 863
<b>Total Fontes de Financiamento</b>	<b>1 893</b>	<b>1 959</b>	<b>2 058</b>	<b>2 108</b>	<b>2 149</b>	<b>2 244</b>	<b>2 312</b>	<b>2 377</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Receita Corrente	5 017	5 118	5 220	5 325	5 431	5 540	5 650	5 763
Despesa Corrente	3 528	3 575	3 624	3 675	3 728	3 782	3 838	3 895
<b>Saldo</b>	<b>1 489</b>	<b>1 543</b>	<b>1 597</b>	<b>1 649</b>	<b>1 703</b>	<b>1 758</b>	<b>1 813</b>	<b>1 868</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Caracterização	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
<b>Despesas de Capital</b>									
Investimento A2020/Proconvergência	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Capital	1600	1650	1700	1750	1800	2550	2600	2650	2750
Passivos Financeiros	841	856	871	887	902	229	233	238	207
<b>Total de Despesas de Capital</b>	<b>2 441</b>	<b>2 506</b>	<b>2 571</b>	<b>2 637</b>	<b>2 702</b>	<b>2 779</b>	<b>2 833</b>	<b>2 888</b>	<b>2 957</b>

<b>Fontes de Financiamento</b>									
Receitas de Capital	524	535	545	556	567	579	590	602	614
Receitas A2020/Proconvergência	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas Correntes	1 917	1 971	2 026	2 080	2 135	2 200	2 243	2 285	2 342
<b>Total Fontes de Financiamento</b>	<b>2 441</b>	<b>2 506</b>	<b>2 571</b>	<b>2 637</b>	<b>2 702</b>	<b>2 779</b>	<b>2 833</b>	<b>2 888</b>	<b>2 957</b>

(Valores em Milhares de Euro)

Receita Corrente	5 879	5 996	6 116	6 239	6 363	6 491	6 620	6 753	6 888
Despesa Corrente	3 954	4 014	4 075	4 137	4 200	4 265	4 343	4 423	4 504
<b>Saldo</b>	<b>1 925</b>	<b>1 983</b>	<b>2 042</b>	<b>2 102</b>	<b>2 163</b>	<b>2 226</b>	<b>2 277</b>	<b>2 330</b>	<b>2 384</b>

(Valores em Milhares de Euro)

#### **6.1.4. Integração das medidas de recuperação no desequilíbrio municipal**

O Município de Nordeste, por via da internalização de empresas do SEL, observa um incremento da pressão sobre as contas do Município, especialmente no que respeita a dívidas creditícias ficando em situação de desequilíbrio financeiro.

Assim, acerca da integração das medidas de recuperação na atual situação de desequilíbrio convém analisar os seus pontos fortes e fracos, análise que deverá permitir concluir acerca da adequação e eficácia das medidas propostas nos capítulos anteriores.

Apesar das dificuldades mencionadas no parágrafo supra, as medidas apresentadas no plano apresentam inúmeros pontos fortes dos quais convém destacar três.

Primeiro, a estratégia seguida permite ao Município no imediato uma situação de equilíbrio orçamental eliminando as situações de défice e de excesso de dívida em 20 anos, sendo que simultaneamente ficará solvida a dívida passada, nomeadamente a do SEL através da sua internalização. Segundo, as medidas de contenção de despesa apresentadas têm inerentes a completa independência do Município na sua prossecução, em nada dependendo de quaisquer externalidades para atingirem o sucesso. Por último convém salientar que o processo de forte contenção da despesa que se iniciou em anos anteriores se tornou já estrutural, sendo presentemente reconhecido por todos os agentes municipais como um processo fundamental para a recuperação do desequilíbrio municipal.

No que respeita a pontos fracos das medidas apresentadas, é fundamental apresentar factos por si mesmo justificativos da extrema dificuldade dos Municípios em situação similar na implementação de outras medidas que não resultem da contenção da despesa.

Primeiro, salientar que em face do atual cenário macro-fiscal, se prevê que as autarquias vejam estagnada a sua capacidade de captação de receitas provenientes da administração central. Esta estagnação ocorrerá quer ao nível da componente corrente, quer em sede de transferências de capital, e é especialmente marcante em Municípios como o de Nordeste, quase totalmente dependentes de transferências da Administração Central.

Segundo, os Municípios verão eliminada a sua receita de IMT, a qual em períodos de estabilidade económica e de crescimento constituía uma receita relevante. Terceiro, a situação de isolamento e a redução do número de Municípios constituem fatores altamente limitativos da eficiência de quaisquer medidas tomadas com o intuito de potenciar a receita sob influência do Município.

Mais se refere, que dada a preocupação do plano em garantir os níveis de serviço e qualidade prestados pelo Município, as medidas anteriormente apresentadas revelam adesão à realidade e às possibilidades de contenção efetivas do Município, em nada contribuindo para a deterioração dos níveis de utilidade e satisfação atualmente proporcionados aos municípios de Nordeste.

O equilíbrio financeiro do Município é observado na Tabela abaixo, onde se demonstra que com a vigência das medidas presentes neste plano o Município mantém meios líquidos positivos e não apresentará aumento de dívidas a credores ou a entidades bancárias.

Tabela 22 - Plano financeiro e evolução da tesouraria (2013 – 2037)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>78</b>	<b>295</b>	<b>1 613</b>	<b>1 347</b>	<b>1 404</b>	<b>1 409</b>	<b>1 429</b>	<b>1 467</b>	<b>1 470</b>
Receitas correntes	3 918	4 437	4 719	4 828	4 638	4 728	4 823	4 919	5 017
Receitas capital (Transferências FEF)	803	390	408	413	413	422	430	439	447
Receitas capital ("Empréstimos")	10 490	1 521	0	0	0	0	0	0	0
Receitas capital ("Empréstimo FAM")	0	0	0	0	769	513	0	0	0
Receitas QREN/A2020	662	1 925	32	0	1 560	2 125	2 125	2 125	0
Outras receitas de capital	15	1	0	48	0	0	0	0	0
<b>Total Receitas</b>	<b>15 967</b>	<b>8 569</b>	<b>6 773</b>	<b>6 636</b>	<b>8 785</b>	<b>9 196</b>	<b>8 807</b>	<b>8 949</b>	<b>6 934</b>
Operações Tesouraria	362	310	283	264	300	300	300	300	300
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>16 329</b>	<b>8 878</b>	<b>7 055</b>	<b>6 901</b>	<b>9 085</b>	<b>9 496</b>	<b>9 107</b>	<b>9 249</b>	<b>7 234</b>
Despesas correntes	3 478	3 609	3 462	3 495	3 388	3 393	3 437	3 482	3 528
Despesas capital	9 727	2 371	591	733	1 019	763	250	450	850
Despesas capital (intempéries)				0	0				
Investimento QREN/A2020			0	0	1 873	2 500	2 500	2 500	0
Amortização Empréstimos Município	2 524	947	865	608	793	803	802	655	643
Amortização Empréstimos Reequilíbrio	0	0	475	384	190	193	197	200	204
Amortização Empréstimo FAM	0	0	0	0	0	0	36	71	71
Amortização Empréstimos SEL	0	0	0	0	112	115	118	122	125
<b>Total Despesas</b>	<b>15 729</b>	<b>6 928</b>	<b>5 393</b>	<b>5 221</b>	<b>7 376</b>	<b>7 767</b>	<b>7 340</b>	<b>7 480</b>	<b>5 421</b>
Operações Tesouraria	305	337	314	275	300	300	300	300	300
<b>Total Pagamentos</b>	<b>16 034</b>	<b>7 265</b>	<b>5 708</b>	<b>5 496</b>	<b>7 676</b>	<b>8 067</b>	<b>7 640</b>	<b>7 780</b>	<b>5 721</b>
<b>Saldo da Conta Gerência</b>	<b>295</b>	<b>1 613</b>	<b>1 347</b>	<b>1 404</b>	<b>1 409</b>	<b>1 429</b>	<b>1 467</b>	<b>1 470</b>	<b>1 514</b>

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Total - Despesa Total	160	1 346	-234	68	5	20	38	3	44
Receita Total / Despesa Total	101%	119%	96%	101%	100%	100%	101%	100%	101%
Serviço de Dívida / Despesa Total	16%	14%	25%	19%	15%	14%	16%	14%	19%
Juros	476	631	595	516	398	343	327	309	291
Amortização de Capital	2 524	947	1 340	992	1 095	1 112	1 153	1 048	1 043
Serviço de Dívida	3 000	1 578	1 935	1 508	1 494	1 455	1 479	1 357	1 334
Despesas não financeiras	13 205	5 981	4 053	4 229	6 281	6 656	6 187	6 432	4 378
Receitas	15 889	8 274	5 159	5 289	7 381	7 787	7 378	7 483	5 465
Saldo Primário	2 684	2 293	1 106	1 060	1 100	1 132	1 190	1 051	1 087
SP/SD	89%	145%	57%	70%	74%	78%	80%	77%	81%

(Valores em Milhares de Euro)

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>1 514</b>	<b>1 553</b>	<b>1 557</b>	<b>1 574</b>	<b>1 612</b>	<b>1 619</b>	<b>1 623</b>	<b>1 629</b>
Receitas correntes	5 118	5 220	5 325	5 431	5 540	5 650	5 763	5 879
Receitas capital (Transferências FEF)	456	465	475	484	494	504	514	524
Receitas capital ("Empréstimos")	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas capital ("Empréstimo FAM")	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas QREN/A2020	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total Receitas</b>	<b>7 088</b>	<b>7 239</b>	<b>7 356</b>	<b>7 489</b>	<b>7 646</b>	<b>7 774</b>	<b>7 901</b>	<b>8 032</b>
Operações Tesouraria	300	300	300	300	300	300	300	300
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>7 388</b>	<b>7 539</b>	<b>7 656</b>	<b>7 789</b>	<b>7 946</b>	<b>8 074</b>	<b>8 201</b>	<b>8 332</b>
Despesas correntes	3 575	3 624	3 675	3 728	3 782	3 838	3 895	3 954
Despesas capital	900	1 150	1 200	1 250	1 400	1 500	1 550	1 600
Despesas Pagamentos FAM	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento QREN/A2020	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização Empréstimos Município	653	495	486	470	424	385	392	398
Amortização Empréstimos Reequilíbrio	207	211	214	218	222	226	230	234
Amortização Empréstimo FAM	71	71	71	71	71	71	71	71
Amortização Empréstimos SEL	128	132	135	139	127	130	134	138
<b>Total Despesas</b>	<b>5 534</b>	<b>5 682</b>	<b>5 783</b>	<b>5 877</b>	<b>6 026</b>	<b>6 150</b>	<b>6 272</b>	<b>6 395</b>
Operações Tesouraria	300	300	300	300	300	300	300	300
<b>Total Pagamentos</b>	<b>5 834</b>	<b>5 982</b>	<b>6 083</b>	<b>6 177</b>	<b>6 326</b>	<b>6 450</b>	<b>6 572</b>	<b>6 695</b>
<b>Saldo da Conta Gerência</b>	<b>1 553</b>	<b>1 557</b>	<b>1 574</b>	<b>1 612</b>	<b>1 619</b>	<b>1 623</b>	<b>1 629</b>	<b>1 637</b>

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Receita Total - Despesa Total	40	4	17	38	7	4	5	8
Receita Total / Despesa Total	101%	100%	100%	101%	100%	100%	100%	100%
Serviço de Dívida / Despesa Total	19%	16%	16%	15%	14%	13%	13%	13%
Juros	274	256	241	225	209	193	178	162
Amortização de Capital	1 059	908	908	899	844	812	827	841
Serviço de Dívida	1 333	1 165	1 148	1 124	1 053	1 005	1 004	1 003
Despesas não financeiras	4 475	4 774	4 875	4 978	5 182	5 338	5 445	5 554
Receitas	5 574	5 686	5 799	5 915	6 034	6 154	6 277	6 403
Saldo Primário	1 099	912	924	937	852	816	832	849
SP/SD	82%	78%	81%	83%	81%	81%	83%	85%

(Valores em Milhares de Euro)

	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
<b>Saldo da Conta Gerência Anterior</b>	<b>1 637</b>	<b>1 648</b>	<b>1 664</b>	<b>1 685</b>	<b>1 714</b>	<b>1 739</b>	<b>1 774</b>	<b>1 818</b>
Receitas correntes	5 996	6 116	6 239	6 363	6 491	6 620	6 753	6 888
Receitas capital (Transferências FEF)	535	545	556	567	579	590	602	614
Receitas capital ("Empréstimos)	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas capital ("Empréstimo FAM")	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas QREN/A2020	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total Receitas</b>	<b>8 168</b>	<b>8 310</b>	<b>8 459</b>	<b>8 616</b>	<b>8 783</b>	<b>8 950</b>	<b>9 129</b>	<b>9 320</b>
Operações Tesouraria	300	300	300	300	300	300	300	300
<b>Total Recebimentos + Saldo Anterior</b>	<b>8 468</b>	<b>8 610</b>	<b>8 759</b>	<b>8 916</b>	<b>9 083</b>	<b>9 250</b>	<b>9 429</b>	<b>9 620</b>
Despesas correntes	4 014	4 075	4 137	4 200	4 265	4 343	4 423	4 504
Despesas capital	1 650	1 700	1 750	1 800	2 550	2 600	2 650	2 750
Despesas Pagamentos FAM	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento QREN/A2020	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização Empréstimos Município	405	413	420	427	0	0	0	0
Amortização Empréstimos Reequilíbrio	238	242	246	251	0	0	0	0
Amortização Empréstimo FAM	71	71	71	71	71	71	71	36
Amortização Empréstimos SEL	141	145	149	153	158	162	166	171
<b>Total Despesas</b>	<b>6 520</b>	<b>6 646</b>	<b>6 773</b>	<b>6 903</b>	<b>7 044</b>	<b>7 176</b>	<b>7 310</b>	<b>7 461</b>
Operações Tesouraria	300	300	300	300	300	300	300	300
<b>Total Pagamentos</b>	<b>6 820</b>	<b>6 946</b>	<b>7 073</b>	<b>7 203</b>	<b>7 344</b>	<b>7 476</b>	<b>7 610</b>	<b>7 761</b>
<b>Saldo da Conta Gerência</b>	<b>1 648</b>	<b>1 664</b>	<b>1 685</b>	<b>1 714</b>	<b>1 739</b>	<b>1 774</b>	<b>1 818</b>	<b>1 859</b>

Indicador	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
Receita Total - Despesa Total	11	16	21	28	26	34	45	41
Receita Total / Despesa Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	101%	101%
Serviço de Dívida / Despesa Total	13%	13%	13%	13%	3%	3%	3%	3%
Juros	146	129	113	96	78	73	67	61
Amortização de Capital	856	871	887	902	229	233	238	207
Serviço de Dívida	1 002	1 001	999	998	307	306	305	268
Despesas não financeiras	5 664	5 775	5 887	6 000	6 815	6 943	7 073	7 254
Receitas	6 531	6 662	6 795	6 931	7 069	7 211	7 355	7 502
Saldo Primário	867	887	908	931	254	268	282	248
SP/SD	87%	89%	91%	93%	83%	88%	93%	93%

(Valores em Milhares de Euro)

É ainda importante salientar que o sucesso na aplicação, execução e cumprimento destas medidas está associado ao contributo futuro dos órgãos de gestão autárquica, responsáveis pela sensibilização de todo o organismo municipal para a necessidade de poupança e redução substancial da despesa não só ao longo de todo o período de vigência do PAM, como também para além do mesmo, com o propósito de evitar que o Município se venha a expor novamente a uma situação de dependência de assistência financeira externa. O controlo dos resultados deste plano será realizado mediante a elaboração de relatórios de acompanhamento trimestral.

### **6.1.5. Riscos orçamentais**

O risco define-se como a probabilidade de ocorrência de um acontecimento indesejável, relativamente à qual existe informação que permite estimar as suas consequências. As categorias de riscos subjacentes ao cumprimento dos objetivos de reequilíbrio orçamental a que o Município está sujeito são de índole legal, fiscal, económica e social, de liquidez, operacional e natural.

O risco legal subjacente à execução do plano compreende sobretudo a possibilidade de atribuição futura ao Município de competências adicionais, que não sendo acompanhadas pela correspondente receita, darão origem a uma situação de desequilíbrio financeiro vertical.

Ao nível de riscos fiscais, o Município está exposto à contingência de eliminação de impostos, com as dificuldades de cobrança que lhes estão subjacentes. A este título é de salientar a eliminação prevista do IMT, que causará no Município um impacto negativo sobre as suas receitas correntes.

No que concerne aos riscos económicos e sociais, de forma similar a qualquer outra entidade pública ou privada, o Município está sujeito às consequências da conjuntura macroeconómica, a qual tem no passado recente demonstrado poucos ou nenhuns sinais de poder vir num futuro próximo a exibir níveis de crescimento significativos. É de sublinhar que esta conjuntura constitui-se no presente como um facto bastante limitativo às transferências de receita provenientes da Administração Central e Regional, facto este que deverá perdurar até que termine o longo processo de ajustamento da economia nacional. Este risco encontra-se acautelado no plano através de estimativas bastante prudentes e moderadas para as transferências a receber da Administração Central e Regional.

Adicionalmente, é ainda de salientar o risco de liquidez, associado às dificuldades inerentes aos processos de cobrança de receitas próprias. No entanto, confirmando-se a manutenção dos esforços envidados pelo Município no passado sobre a eficácia e eficiência dos processos de cobrança, considera-se que este será um risco com reduzida probabilidade de ocorrência.

O risco operacional é transversal a todo o tipo de organizações, consistindo na possibilidade de ocorrência de erros ou falhas que impliquem para o Município uma diminuição de receita ou uma despesa não prevista, como por exemplo eventuais contingências associadas a falhas na diligência, eficácia ou eficiências dos recursos humanos que compõem os diversos departamentos do Município. Este risco prevê-se também reduzido, quer por força do histórico de ausência de ocorrências, quer pela continuidade dada às medidas implementadas no passado recente com vista à melhoria da eficácia e eficiência do pessoal do Município.

Por fim, convém salientar o risco natural, como é o exemplo da ocorrência de catástrofes naturais, como a ocorrida em Setembro de 2015 que teve reflexos significativos ao nível da despesa com infraestruturas, transversal a qualquer plano financeiro. Este risco é de todos o que maior dificuldade apresenta na sua estimativa e prevenção. No entanto, não se considera que este tipo de risco possa vir a afetar o cumprimento dos objetivos de reequilíbrio orçamental.

## 7. Reestruturação da dívida financeira e não financeira

Nesta secção são apresentadas as características do empréstimo de consolidação de passivos a contratar e um resumo dos compromissos cuja resolução depende da contratação de um empréstimo no âmbito do FAM (artigos 45º a 47º da Lei nº 53/2014).

Os compromissos consolidados assumidos pelo Grupo Autárquico do Município de Nordeste no valor global de aproximadamente 21 milhões de euros respeitam na sua essência a três grandes tipos de processos de criação de dívida: Dívida creditícia (18,8 milhões de euros), Fornecedores (0,7 milhões de euros) e Outros Devedores e Credores (1,5 milhões de euros).

**Tabela 23 – Dívida Grupo Autárquico de Nordeste (2016)**

<b>Dívida Município</b>	
Passivos contingentes	662
Empréstimos	12 788
	<b>13 450</b>
<b>Dívida HSN</b>	
Fornecedores c/c	95
Outros Devedores e Credores	189
Empréstimos	2 172
	<b>2 457</b>
<b>Dívida DNHS</b>	
Fornecedores c/c	468
Outros Devedores e Credores	216
Empréstimos	2 234
	<b>2 918</b>
<b>Dívida NORDESTE ACTIVO</b>	
Fornecedores c/c	57
Outros Devedores e Credores	456
Empréstimos	1 589
	<b>2 102</b>
<b>Dívida Grupo Autárquico</b>	<b>20 927</b>

(Valores em Milhares de Euro)

### 7.1. Plano de reestruturação da dívida – Empréstimo FAM

O Município prevê a contratação de um empréstimo no âmbito do FAM no valor de aproximadamente 1.3 milhões de euros com maturidade de 20 anos, respeitante em 619 mil euros a dívida de curto prazo a consolidar do SEL a internalizar e de passivos contingentes do Município no montante de 662 mil euros. Concomitantemente serão também assumidos pelo FAM dois empréstimos de reequilíbrio financeiro com taxas de juro elevadas (cerca de 6%), bem como o empréstimo PAEL, o qual também apresenta taxa de juro elevada (3.25%). No que respeita ao montante de 619 mil euros, este empréstimo FAM apenas será passível de utilização após efetiva internalização das entidades do SEL onde tem origem a dívida. Para efeitos de cálculo são consideradas neste plano prestações constantes de capital e juros e que o empréstimo terá início de amortização em 2019.

O plano de amortização do empréstimo FAM a contratar para solvência dos compromissos do Município que de seguida apresentamos foi calculado considerando uma taxa de juro de 1,75%.

**Tabela 24 – Plano de Amortização Empréstimo FAM (consolidação da dívida de curto prazo)**

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Juro	11	22	22	22	21	19	18	17	16	14	13
Amortização de Capital	0	0	36	71	71	71	71	71	71	71	71
Renda	11	22	58	93	92	91	89	88	87	86	84
Capital em Dívida 31-12	1 282	1 282	1 246	1 175	1 104	1 032	961	890	819	748	676

Ano	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
Juro	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1
Amortização de Capital	71	71	71	71	71	71	71	71	71	36
Renda	83	82	81	79	78	77	76	74	73	36
Capital em Dívida 31-12	605	534	463	392	320	249	178	107	36	0

(Valores em milhares de euros)

**Tabela 25 – Plano de Amortização Empréstimo FAM (consolidação de empréstimos de reequilíbrio financeiro)**

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Juro	65	62	58	55	52	48	44	41	37
Amortização de Capital	190	193	197	200	204	207	211	214	218
Renda	255	255	255	255	255	255	255	255	255
Capital em Dívida 31-12	3 533	3 340	3 144	2 943	2 740	2 533	2 322	2 107	1 889

Ano	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2032
Juro	33	29	25	21	17	13	9	4
Amortização de Capital	222	226	230	234	238	242	246	251
Renda	255	255	255	255	255	255	255	255
Capital em Dívida 31-12	1 667	1 441	1 211	977	739	497	251	0

(Valores em milhares de euros)

No que respeita a outras responsabilidades, o Município tem em vigor outros empréstimos bancários no montante global de aproximadamente 7,6 milhões de euros junto do BANIF/SANTANDER, BES/Novo Banco e Montepio Geral, bem como um empréstimo de saneamento financeiro, que se prevê manterem no que respeita às condições vigentes.

Adicionalmente, o Município reestruturará a dívida creditícia do SEL, que internalizará.

**Tabela 26 – Plano de Amortização Empréstimos SEL**

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Juro	136	133	129	126	123	119	116	112	108	105
Amortização de Capital	112	115	118	122	125	128	132	135	139	127
Renda	259	259	259	259	259	259	259	259	259	243
Capital em Dívida 31-12	4 819	4 704	4 586	4 464	4 339	4 211	4 079	3 944	3 804	3 678

Ano	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
Juro	101	98	94	90	86	82	78	74	70	65
Amortização de Capital	130	134	138	141	145	149	153	158	162	166
Renda	243	243	243	243	243	243	243	243	243	243
Capital em Dívida 31-12	3 547	3 413	3 276	3 134	2 989	2 840	2 686	2 528	2 367	2 200

Ano	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
Juro	61	56	51	46	41	36	30	25	19
Amortização de Capital	171	176	181	186	191	196	201	207	693
Renda	243	243	243	243	243	243	243	243	243
Capital em Dívida 31-12	2 029	1 853	1 673	1 487	1 297	1 101	900	693	0

(Valores em milhares de euros)

O Município tem sempre negociado com os seus credores a ausência de juros de mora e condições vantajosas de pagamento. Estando esgotados os mecanismos de redução dos montantes em dívida aos fornecedores mais relevantes, especialmente fornecedores de imobilizado, os restantes fornecedores representam a título individual montantes reduzidos.

## 7.2. Dinâmica e sustentabilidade da dívida total

Nesta secção é concluída a demonstração da sustentabilidade do processo de ajustamento, dando especial atenção à satisfação das necessidades de liquidez do Município para fazer face ao *roll-over* da dívida corrente, ao serviço da dívida e à redução gradual do endividamento que reconduza o Município ao cumprimento do limite preconizado no artigo 52º da Lei nº 73/2013.

Como se demonstrou no capítulo 6, o plano de reestruturação da dívida é baseado na acumulação de *superavits* e no crescimento do grau de cobertura da despesa que permitirão ao Município fazer face ao serviço de dívida (financeira). Assim, antes de se apresentar e analisar a evolução do endividamento, é conveniente demonstrar novamente os *superavits* gerados ao longo do período de vigência do PAM. Como se pode observar na tabela abaixo os níveis de receita e os saldos acumulados são suficientes para impedir a transformação da despesa corrente anual em dívida, bem como para fazer face a despesas de investimento no montante global de aproximadamente 39 milhões de euros na vigência do plano.

**Tabela 27 - Receita e despesa na vigência do PAM (2016-2035)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas Correntes	4 828	4 638	4 728	4 823	4 919	5 017	5 118
Receitas de capital	461	2 742	3 059	2 555	2 564	447	456
<b>Total Receita</b>	<b>5 289</b>	<b>7 381</b>	<b>7 787</b>	<b>7 378</b>	<b>7 483</b>	<b>5 465</b>	<b>5 574</b>
Despesas Correntes	3 495	3 388	3 393	3 437	3 482	3 528	3 575
Despesas de capital	1 726	3 987	4 374	3 903	3 998	1 893	1 959
<b>Total Despesa</b>	<b>5 221</b>	<b>7 376</b>	<b>7 767</b>	<b>7 340</b>	<b>7 480</b>	<b>5 421</b>	<b>5 534</b>
<b>Indicadores</b>							
Receita Corrente - Despesa Corrente	1 333	1 250	1 335	1 385	1 437	1 489	1 543
Receita Corrente / Despesa Corrente	138%	137%	139%	140%	141%	142%	143%
Receita Capital - Despesa Capital	-1 265	-1 245	-1 315	-1 348	-1 434	-1 446	-1 503
Receita Corrente / Despesa Corrente	27%	69%	70%	65%	64%	24%	23%
Receita Total - Despesa Total	68	5	20	38	3	44	40
Receita Total / Despesa Total	101%	100%	100%	101%	100%	101%	101%

(Valores em Milhares de Euro)

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Receitas Correntes	5 220	5 325	5 431	5 540	5 650	5 763	5 879
Receitas de capital	465	475	484	494	504	514	524
<b>Total Receita</b>	<b>5 686</b>	<b>5 799</b>	<b>5 915</b>	<b>6 034</b>	<b>6 154</b>	<b>6 277</b>	<b>6 403</b>
Despesas Correntes	3 624	3 675	3 728	3 782	3 838	3 895	3 954
Despesas de capital	2 058	2 108	2 149	2 244	2 312	2 377	2 441
<b>Total Despesa</b>	<b>5 682</b>	<b>5 783</b>	<b>5 877</b>	<b>6 026</b>	<b>6 150</b>	<b>6 272</b>	<b>6 395</b>
<b>Indicadores</b>							
Receita Corrente - Despesa Corrente	1 597	1 649	1 703	1 758	1 813	1 868	1 925
Receita Corrente / Despesa Corrente	144%	145%	146%	146%	147%	148%	149%
Receita Capital - Despesa Capital	-1 593	-1 633	-1 665	-1 750	-1 809	-1 863	-1 917
Receita Corrente / Despesa Corrente	23%	23%	23%	22%	22%	22%	21%
Receita Total - Despesa Total	4	17	38	7	4	5	8
Receita Total / Despesa Total	100%	100%	101%	100%	100%	100%	100%

(Valores em Milhares de Euro)

	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
Receitas Correntes	5 996	6 116	6 239	6 363	6 491	6 620	6 753	6 888
Receitas de capital	535	545	556	567	579	590	602	614
<b>Total Receita</b>	<b>6 531</b>	<b>6 662</b>	<b>6 795</b>	<b>6 931</b>	<b>7 069</b>	<b>7 211</b>	<b>7 355</b>	<b>7 502</b>
Despesas Correntes	4 014	4 075	4 137	4 200	4 265	4 343	4 423	4 504
Despesas de capital	2 506	2 571	2 637	2 702	2 779	2 833	2 888	2 957
<b>Total Despesa</b>	<b>6 520</b>	<b>6 646</b>	<b>6 773</b>	<b>6 903</b>	<b>7 044</b>	<b>7 176</b>	<b>7 310</b>	<b>7 461</b>
<b>Indicadores</b>								
Receita Corrente - Despesa Corrente	1 983	2 042	2 102	2 163	2 226	2 277	2 330	2 384
Receita Corrente / Despesa Corrente	149%	150%	151%	152%	152%	152%	153%	153%
Receita Capital - Despesa Capital	-1 971	-2 026	-2 080	-2 135	-2 200	-2 243	-2 285	-2 342
Receita Corrente / Despesa Corrente	21%	21%	21%	21%	21%	21%	21%	21%
Receita Total - Despesa Total	11	16	21	28	26	34	45	41
Receita Total / Despesa Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	101%	101%

(Valores em Milhares de Euro)

A tabela seguinte demonstra a previsão do endividamento numa estrutura assente no normativo POCAL dentro do período de vigência do PAM. Esta tabela foi formulada tomando em consideração a conjugação dos efeitos da contratação do empréstimo e eventuais garantias FAM, dos *superavits* acima detalhados e dos montantes de dívida recorrente no final dos exercícios.

Tabela 28 - Evolução do endividamento

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<b>22 Fornecedores</b>	45	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>23 Empréstimos Obtidos</b>	0	0	17 905	16 794	15 641	14 594	13 551	12 491	11 583	10 675
<b>24 Estado e Outros Entes Públicos</b>	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>26 Outros Devedores e Credores</b>										
261 Fornecedores de Imobilizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
264 Administração Autárquica										
268 Devedores e Credores Diversos	323	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26... Outras	0	237	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>374</b>	<b>237</b>	<b>17 905</b>	<b>16 794</b>	<b>15 641</b>	<b>14 594</b>	<b>13 551</b>	<b>12 491</b>	<b>11 583</b>	<b>10 675</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO DO SM, AM E SEL</b>	<b>12 935</b>	<b>1 750</b>	<b>1 300</b>	<b>1 000</b>	<b>702</b>	<b>404</b>	<b>106</b>	<b>108</b>	<b>110</b>	<b>113</b>
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>13 309</b>	<b>1 987</b>	<b>19 205</b>	<b>17 794</b>	<b>16 343</b>	<b>14 998</b>	<b>13 657</b>	<b>12 599</b>	<b>11 693</b>	<b>10 788</b>
<b>LIMITE DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>5 651</b>	<b>6 537</b>	<b>6 992</b>	<b>7 093</b>	<b>7 097</b>	<b>7 095</b>	<b>7 235</b>	<b>7 380</b>	<b>7 527</b>	<b>7 678</b>
<b>EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>7 658</b>	<b>-4 550</b>	<b>12 213</b>	<b>10 701</b>	<b>9 246</b>	<b>7 903</b>	<b>6 422</b>	<b>5 220</b>	<b>4 166</b>	<b>3 111</b>

(Valores em Milhares de Euro)

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
<b>22 Fornecedores</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>23 Empréstimos Obtidos</b>	9 776	8 932	8 120	7 293	6 452	5 596	4 724	3 838	2 935	2 706
<b>24 Estado e Outros Entes Públicos</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>26 Outros Devedores e Credores</b>										
261 Fornecedores de Imobilizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
264 Administração Autárquica										
268 Devedores e Credores Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26... Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>9 776</b>	<b>8 932</b>	<b>8 120</b>	<b>7 293</b>	<b>6 452</b>	<b>5 596</b>	<b>4 724</b>	<b>3 838</b>	<b>2 935</b>	<b>2 706</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO DO SM, AM E SEL</b>	<b>115</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>9 891</b>	<b>8 932</b>	<b>8 120</b>	<b>7 293</b>	<b>6 452</b>	<b>5 596</b>	<b>4 724</b>	<b>3 838</b>	<b>2 935</b>	<b>2 706</b>
<b>LIMITE DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>7 831</b>	<b>7 988</b>	<b>8 148</b>	<b>8 311</b>	<b>8 477</b>	<b>8 646</b>	<b>8 819</b>	<b>8 996</b>	<b>9 176</b>	<b>9 359</b>
<b>EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>2 060</b>	<b>944</b>	<b>-28</b>	<b>-1 018</b>	<b>-2 025</b>	<b>-3 051</b>	<b>-4 095</b>	<b>-5 158</b>	<b>-6 240</b>	<b>-6 653</b>

(Valores em Milhares de Euro)

A análise da Tabela 29 permite comprovar que o Município abandonará uma situação de excesso de endividamento no ano de 2027, mesmo mantendo níveis de investimento elevados.

## 8. Conclusão

A análise efetuada neste documento demonstra que o recurso ao FAM (Lei nº 53/2014, de 25 de Agosto), com a contração de um empréstimo de longo prazo com o objetivo de consolidação dos passivos financeiros e da reprogramação da dívida do Município de Nordeste, e a reprogramação de alguns financiamentos bancários de curto prazo representa a solução eficaz para ultrapassar a atual situação de desequilíbrio financeiro estrutural observada no Município, permitindo a imediata solvência de passivos iminentemente creditícios e o regresso a uma situação de equilíbrio financeiro duradouro. Adicionalmente é de recordar que este plano é elaborado tendo como base todo o grupo autárquico, ou seja, incluindo as responsabilidades do sector empresarial local.

Com a implementação do plano será observada uma evolução clara na direção dos limites legais de endividamento, sem no entanto se descurar a manutenção de níveis de investimento mínimos.

Tendo este documento tomado como princípios fundamentais a prudência e o conservadorismo, o cumprir das linhas orientadoras nele fixadas pelos órgãos autárquicos, permitirá numa conjuntura normal uma evolução mais do que favorável da situação económico-financeira do Município de Nordeste que não se encontra aqui diretamente refletida, mas que potenciará claramente o desenvolvimento da região, em particular pela libertação de verbas superiores para investimento.

Por forma a ser instruído o processo de adesão ao FAM, as diretrizes fundamentais vertidas neste Plano de Reequilíbrio Financeiro estão transcritas nos formulários publicados no sítio da internet [www.portalautarquico.pt](http://www.portalautarquico.pt) presentes em Anexo, por forma a serem aprovadas nos termos legais.